

REVISTA  
N.º 44 **NOVOS RUMOS**

ANTONIO ROBERTO BERTELLI

**LÊNIN E A TRANSIÇÃO  
PARA O SOCIALISMO**

ANTONIO ROBERTO BERTELLI

## LÊNIN E A TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO\*\*

A *débâcle* do “socialismo realmente existente” e a correlata “queda do muro” trouxeram inúmeras conseqüências, muitas delas naturais e outras uma idiotia geral. Entre as últimas, poderíamos citar a inexplicável covardia dos que se diziam comunistas e socialistas ao se juntarem ao coro dos “vitoriosos” do anticomunismo e defensores do capitalismo, abandonando qualquer tentativa de buscar explicações para os fatos ocorridos, se comprazendo em aceitar o “fim da história” e o início de uma era “pós-moderna” na qual todos os fatos e experiências históricas do passado deveriam ser abandonados a um único e merecido destino: a lata de lixo da história.

Dessa forma, passou-se a ignorar, por exemplo, a obra – política e teórica – de Lênin ou, muitas vezes, citando-a com desprezo e buscando-se desqualificá-la em todos os sentidos. De algum tempo para cá, porém, começaram a surgir as primeiras reações a essa postura de energúmenos e lacaios, aparecendo aqui e ali reações que apontam para uma retomada das análises que corretamente procuram submeter os fatos e eventos ocorridos até então e mesmo os surgidos mais perto de nós a uma tentativa de explicação e compreensão.<sup>1</sup> Entre essas reações, citaria, por exemplo, um novo interesse pela obra teórica de Lênin, bem como pelas experiências práticas concretas em que foram geradas e aplicadas, e, de certa maneira, pode-se considerar nesse sentido a inclusão do nome de Lênin nesse Seminário Científico de Teoria Política do Socialismo, organizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (DCPE), da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (*campus* de Marília), e pelo Instituto Astrojildo Pereira (IAP), como sendo do mesmo tipo.

\* Sociólogo e editor. Autor de *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lênin 1917-1927* (1999); *Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debate à República de Weimar 1899-1933*; *Revisionismo e ortodoxia no marxismo* (2003). Editor da revista *Novos Rumos*.

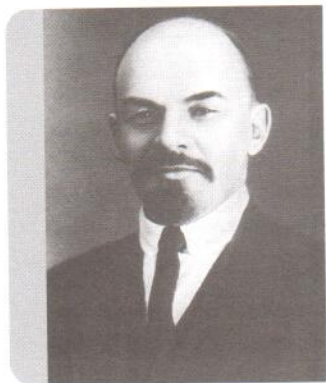
\*\* Este texto foi originalmente escrito para o Seminário Científico Teoria Política do Socialismo, Marília, 29-31 de agosto de 2005. Anfiteatro I da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

<sup>1</sup> Entre algumas dessas reações destacaria o interessante livro de Slavoj Žižek, *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917* (São Paulo: Boitempo, 2005). Destaca-se, aqui, o instigante e erudito ensaio do organizador, “Posfácio: a escolha de Lênin”, pp. 171-342, em que se pode ler exatamente a importância da obra teórica de Lênin em nossos dias.

I

A obra teórica de Lênin – excepcionalmente enorme, em tamanho e qualidade – mostra-nos com riqueza os mais diferentes temas: economia, política, sociologia, filosofia, etc. Enfim, temas das ciências humanas em geral estão nela contemplados, e as suas contribuições nesses campos do saber são muitas e valiosas. E é claro, a *revolução*, o “ar” que respirava 24 horas por dia, pode ser considerada o tema e o ponto central de sua imensa produção intelectual.

Neste trabalho desejaria insistir em um enfoque que constituiu a base central de minhas reflexões sobre a obra de Lênin em três ocasiões especiais: a) primeiro, em 1986, num trabalho que publiquei na revista *Novos Rumos*, intitulado “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”;<sup>2</sup> b) no livro que organizei, em 1988, em cuja “Apresentação” ofereço ao leitor as minhas explicações para justificar a feitura de uma coletânea de obras de Lênin dedicadas a uma temática que se refere basicamente à questão da transição para o socialismo, relacionada de forma direta com o fundamento teórico do artigo anteriormente mencionado;<sup>3</sup> c) e, por último, em 1999, no meu livro *Capitalismo de Estado e socialismo*, que pode ser considerado como um aprofundamento dos pontos tratados nos dois textos antes mencionados.<sup>4</sup>



LENIN

Assim, pode-se dizer que o que se vai ler é uma espécie de roteiro baseado nesses trabalhos, evidentemente agregando-se novos raciocínios a fim de melhor propiciar a exposição das análises.

No trabalho de 1986 procurava analisar, sobretudo, o debate verificado no período 1915-1917 entre Lênin e Bukhárin, no qual a discussão sobre a questão da teoria marxista do Estado teria levado ambos a uma posição que poderia ser a orientação para uma teoria do Estado de transição do capitalismo ao socialismo. Dizia eu no mencionado trabalho:

Procurei, nesta parte resumida do trabalho, dar uma idéia do desenvolvimento de um debate teórico que marcou desde os anos de exílio os pensamentos de Lênin e Bukhárin, especialmente naquilo que se relaciona com a elaboração de uma teoria da transição para o socialismo. Nesse sentido, as questões do imperialismo, do Estado, do capitalismo monopolista de Estado são cruciais para as concepções dos dois protagonistas.<sup>5</sup>

O que, em princípio, estava em discussão entre os dois líderes bolcheviques era qual seria o destino do Estado no caso da revolução socialista. Bukhárin, como apontou Lênin, estava muito influenciado pelas teses anarquistas e por uma leitura apressada das posições de Marx e Engels:

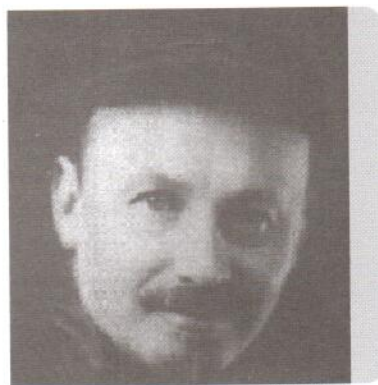
<sup>2</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli, “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, em *Novos Rumos*, ano 1, nº 2, São Paulo, Editora Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, abril/maio, 1986, pp. 181-221. Posteriormente publicado em Antonio Roberto Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP): capitalismo de Estado-transição-socialismo* (São Paulo: Global, s/d), pp. 61-104.

<sup>3</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli, “Apresentação”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988), pp. I-XXXI.

<sup>4</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lênin 1917-1927* (São Paulo: Ipsol IAP, 1999). No “Prefácio”, datado de 1994, dou uma explicação do porquê da elaboração do livro, relacionando tudo isso aos dois trabalhos anteriores aqui citados.

<sup>5</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit., p. 218.

Na questão referente à diferença entre a posição dos anarquistas e dos socialistas em relação ao Estado, o camarada *Nota-Bene* comete um grave erro em seu artigo (nº 6) (assim como em várias outras questões: por exemplo, nossas *razões* para combater a palavra de ordem “defesa da pátria”). O autor quer dar uma “idéia clara” do Estado em geral) (juntamente com a do Estado imperialismo de rapina). Cita algumas declarações de Marx e Engels e chega, entre outras, às duas conclusões seguintes: “[...] É totalmente equivocado procurar a diferença entre anarquistas e socialistas no fato de que os primeiros são partidários do Estado, enquanto os segundos são contra ele. A verdadeira diferença é que a social-democracia revolucionária quer organizar uma produção social sobre novas bases, centralizada, isto é, o método de produção tecnicamente mais progressista, enquanto a produção anarquista descentralizada significaria uma regressão a técnicas antiquadas, à antiga forma de empresa”. Isto é errado. O autor coloca o problema da diferença de atitudes de socialistas e anarquistas diante do Estado. Contudo, não responde a esta pergunta, mas à outra, que se refere à atitude deles diante da base econômica da sociedade futura. Esta é, verdadeiramente, um problema importante e necessário. Mas isso não quer dizer que se deve esquecer o *principal*, as diferenças que existem entre socialistas e anarquistas em sua atitude diante do Estado. Os socialistas são favoráveis à utilização do atual Estado e das suas instituições na luta pela libertação da classe operária, sustentando *também* que o Estado deve ser utilizado para uma forma específica de transição do capitalismo ao socialismo. Esta forma transitória, que é também um Estado é a ditadura do proletariado. Os anarquistas querem “abolir” o Estado, “explodi-lo” (*sprengen*), como fala em alguma parte o camarada *Nota-Bene*, atribuindo erradamente esta opinião aos socialistas. Os socialistas – lamentavelmente, o autor cita de forma incompleta as palavras pertinentes de Engels – sustentam que o Estado “se extinguirá”, “adormecerá”, de forma gradual, *depois* de a burguesia ser expropriada; “A social-democracia, que é, ou pelo menos deve ser, a educadora das massas, agora mais do que nunca deve manifestar sua hostilidade de princípios com o Estado [...] A guerra atual demonstrou o quão profundamente penetrou na alma dos operários a idéia do Estado”, escreve o camarada *Nota-Bene*. A fim de “manifestar” nossa “hostilidade de princípios” contra o Estado, devemos compreendê-la realmente com *clareza*, e nosso autor carece desta clareza. Sua observação sobre a “idéia do Estado” é totalmente confusa. Não é nem marxista nem socialista. Não se trata de que a “idéia do Estado” tenha se chocado com a negação do Estado, mas que a política oportunista “quer dizer, a atitude oportunista, reformista, burguesa com relação ao Estado” tenha se chocado com a política social-democrata revolucionária (quer dizer com a atitude social-democrata revolucionária com relação ao Estado burguês e com relação à possibilidade de utilizá-lo contra a burguesia para derrubar a burguesia). Estas são coisas totalmente diferentes. Esperamos voltar a esta importante questão em um artigo específico.<sup>6</sup>



BUKHARIN

Mas, ao fazer essa crítica às teses do “camarada *Nota-Bene*”, Lênin teve que estudar o assunto com mais cuidado (“esperamos voltar a esta importante questão”) e começa a ver que, na realidade, ele, Bukhárin, não estava assim tão equivocado. Mostro em parte nesse trabalho de 1986 e, em parte, em outro,<sup>7</sup> como se dá o estudo dessa importante

<sup>6</sup> Ibid., pp. 207-208. Trecho do ensaio de Lênin, “A Internacional da juventude”, em *Obras completas*, vol. XXIV (Madri: Akal: 1977), pp. 174-175 (publicado em parte em “A Internacional da juventude (Extrato)”, em *Bukhárin, teórico marxista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989), pp. 21-22.

<sup>7</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli, “As anotações de Lênin sobre *O marxismo e o Estado*”, em *Capitalismo de Estado e socialismo...*, cit., pp. 29-42.

questão. Na verdade, ao fim de seus estudos, Lênin chega à conclusão de que Bukhárin não exagerava, como dissera anteriormente, a questão da “explosão” do “Estado bandidesco imperialista”, que, sendo, pois, um *aparelho econômico* a soldo dos capitalistas imperialistas, teria que ser expropriado juntamente com todos os meios de produção capitalistas no caso de uma revolução socialista, e como tal, esse tipo de Estado desapareceria, seria explodido. Assim, estaria explicado o fato de que, mesmo antes de Bukhárin partir para os Estados Unidos para seu exílio americano, Lênin ter escrito a carta a Inessa Armand, em 19 de fevereiro de 1919, onde manifesta uma outra compreensão sobre o trabalho de Bukhárin:

Nos últimos tempos estive pensando a respeito do Estado, reuni muitos materiais e cheguei, segundo creio, a conclusões muito interessantes e importantes, que apontam agora muito mais contra Kautsky [...] Gostaria de publicar o nº 4 de *Sbornik Sozial-Demokrat* com o artigo de Bukhárin e minha análise sobre seus pequenos erros e sobre os gigantescos amontoados de mentiras e trivialidades sobre o marxismo de autoria de Kautsky.<sup>8</sup>



INESSA ARMAND

E, mais à frente, para reafirmar isso, ter enviado por sua mulher, Krupskaja, o recado a Bukhárin, durante a realização do VI Congresso do partido:

Quando voltei da América do Norte para a Rússia, vi Nadesha Konstantinova (Krupskaja) – durante nosso VI Congresso e Lênin estava escondido – e suas primeiras palavras foram: V. I. [Lênin] pede que lhe digamos que já não tem nenhuma discrepância com você sobre a questão do Estado.<sup>9</sup>

Do ponto de vista de Bukhárin, não houve mudanças. Permaneceu firme em suas posições, que foram mais bem colocadas com a publicação do seu livro *A economia mundial e o imperialismo*. Como mostrei nos trabalhos citados, o material que deu origem ao livro foi decorrente dos ensaios anteriormente elaborados por Bukhárin e criticados por Lênin; especificamente, num dos textos afirmo:

[...] Como se mostrou, houve a recusa de Lênin a um artigo de Bukhárin sobre a questão do Estado. Esse artigo rejeitado tinha a denominação de “Sobre a teoria do Estado imperialista” e referia-se ao trabalho que Bukhárin escrevera baseado no ensaio a respeito do imperialismo e a economia mundial, que fora publicado antes na revista *Kommunist*, que mais tarde serviu de base para o seu livro *A economia mundial e o imperialismo*.<sup>10</sup>

Por outra parte, sobre o livro de Bukhárin, pode-se dizer que foi uma obra pioneira sobre esse tema:

[...] O pequeno livro incluía noções teóricas que haveriam de influir em sua política como dirigente da esquerda e da direita bolchevique. A economia mundial e o imperialismo foi um marco também em outro aspecto: foi a primeira explicação teórica e sistemática do imperialismo feita por um bolchevique. Seu término antecedeu em vários meses à explicação mais famosa de Lênin, e este utilizou o livro livremente.<sup>11</sup>

<sup>8</sup> Apud Antonio Roberto Bertelli, “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit., p. 200.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 200-201.

<sup>10</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, “As anotações de Lênin sobre *O marxismo e o Estado*”, cit., p. 32.

<sup>11</sup> Ver Stephen F. Cohen, *Bujárin y la revolución bolchevique: biografía política 1988-1938* (México/Madri: Siglo Veintiuno, 1986), p. 39.

Mas para a edição do livro, que estava prevista para sair em Moscou, havia um “Prefácio” de Lênin, escrito em 1915, que foi perdido quando os originais foram apreendidos pela polícia na gráfica onde estavam à espera de publicação. Ainda nas palavras do mesmo estudioso:

[...] Lênin recebeu o manuscrito completo em fins de 1915. Escreveu uma elogiosa introdução, datada de dezembro de 1915, que foi enviada junto com o manuscrito para que se publicasse na Rússia. Ambos os textos se perderam numa batida da polícia. O livro de Bukhárin foi publicado por fim em 1918, mas a introdução de Lênin não foi recuperada senão mais tarde. Apareceu pela primeira vez no *Pravda*, de 21 de janeiro de 1927, p. 1, e foi incluída na tradução inglesa do livro *Imperialism and World Economy*, pp. 9-14. Lênin começou a trabalhar seu próprio *Imperialismo* no final de 1915, completando o trabalho em junho de 1916. Ver Krupskaja, *Memories*, vol. II, p. 175, e Fischer, *Lênin*, p. 95. A edição publicada continha uma referência ao manuscrito de Bukhárin, ver *Sochinénia*, vol. XIX, pp. 104. Para mais provas de que Lênin empregou o manuscrito de Bukhárin, ver *Léninski Sbórník*, vol. XXXVII, pp. 162, 188, 198.<sup>12</sup>

Também nas próprias palavras de Bukhárin a questão do “Prefácio” é explicada:

O esboço que ora submetemos ao leitor é, já revisto e desenvolvido, um artigo publicado num período estrangeiro: *Kommunist*. Há cerca de dois anos, o manuscrito foi enviado à Rússia, e ali, após ter sofrido a ingerência da censura militar, acabou, por engano, encalhado em outra Editora. Foi lá que o descobriram após a Revolução de Fevereiro e deveria ter sido publicado em princípios de julho, mas os policiais e os aprendizes de policiais que saquearam a gráfica de nosso partido tiveram o cuidado de escondê-lo. Só depois de recuperado em condições lastimáveis é que se pôde conseguir sua impressão, sem, contudo, ter-se recuperado um grande e valioso prefácio escrito pelo camarada Lênin, a quem manifesto, nesta oportunidade, a minha profunda gratidão.<sup>13</sup>

Pode-se verificar nesse “Prefácio” a posição de concordância quase que indiscutível de Lênin com Bukhárin, isto já em 1915:

A transcendência e a atualidade do tema ao qual N. I. Bukhárin dedica sua obra dispensam explicações. O problema do imperialismo não é só um dos problemas essenciais, mas, podemos afirmar, talvez o mais importante do campo da ciência econômica que estuda as mudanças das formas do capitalismo nos tempos modernos. O conhecimento dos fatos que com ele se relacionam, selecionados pelo autor com tanta profusão e com base em materiais mais recentes, é absolutamente indispensável para todos aqueles que se interessam não só por economia, mas também por qualquer aspecto da vida social contemporânea [...]

E ainda nas palavras de Lênin:

O valor científico do trabalho de N. I. Bukhárin reside, de modo especial, em que examina os fatos fundamentais da economia mundial relativos ao imperialismo como um todo integral, como uma etapa determinada do desenvolvimento do capitalismo altamente desenvolvido [...]<sup>14</sup>

<sup>12</sup> *Ibid.*, pp. 39-40, nota 91.

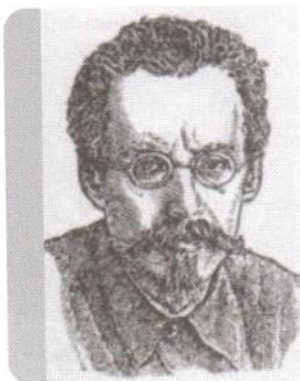
<sup>13</sup> *Apud* Antonio Roberto Bertelli, “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit., p. 198. Originalmente, Nicolai Bukhárin, *A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico* (São Paulo: Abril Cultural, 1984), p. 7 (os textos apresentam algumas diferenças de tradução).

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 201. Ver, também, V. Iline (N. Lênin), “Prefácio”, em Nicolai Bukhárin, *A economia mundial e o imperialismo...*, cit., pp. 9-10 (as traduções apresentam algumas diferenças no texto).

Aqui vimos como os estudos de Bukhárin tiveram direta influência para que Lênin elaborasse umas de suas obras básicas, *O imperialismo, fase superior do capitalismo*.

Mas, antes de vermos como também os estudos de Bukhárin desse período 1915-1917 também exerceram direta ação para que um outro livro básico, *O Estado e a revolução*, pudesse ser elaborado, devemos, numa rápida digressão, ver como esses estudos de Bukhárin – às vezes juntamente com Piatakov, Osinski e outros jovens bolcheviques, companheiros de militância em Moscou, desde o tempo de estudantes, e formadores do “Grupo de Baugy” – já haviam propiciado oportunidades para que Lênin, polemista feroz como era, elaborasse vários estudos importantes.

De fato, nos debates travados com Bukhárin e seus companheiros do “Grupo de Baugy” – no qual a problemática que descrevemos anteriormente, a respeito dos textos de Bukhárin sobre o Estado e o imperialismo, era apenas uma das questões –, Lênin travou fortes discussões com os membros do grupo, sobretudo com Iuri Piatakov (P. Kievski), a respeito das nacionalidades e a autodeterminação das nações. Piatakov era profundamente influenciado pelas teses de Rosa Luxemburg e defendia posições com as quais Lênin não concordava de forma alguma.



PIATAKOV

A grande influência de Rosa Luxemburg nos jovens do “Grupo de Baugy” era devida às suas posições extremamente diferenciadas, que causaram polêmicas no seio da social-democracia internacional a partir da divulgação de seus artigos, publicados em 1908-1909, sobre a questão das nacionalidades e a autonomia, na revista *Przegląd Socjaldemokratyczny. Organ Socjaldemokracji Krolestwa i Litwy* (Revista Social-Democrata. Órgão da Social-Democracia Polonesa e Lituana), que foram respondidos e criticados por Lênin em artigos publicados, em 1913-1914, na revista *Prosvieschenie*: “Notas críticas sobre a questão nacional” e “Sobre o direito das nações à autodeterminação”.<sup>15</sup>

Os ensaios de Rosa Luxemburg permaneceram praticamente inéditos em outras línguas até 1971, quando se publicou uma parte deles na revista *Politique Aujourd'hui*, e uma outra em *Partisan*.<sup>16</sup> Em 1979, finalmente, o texto foi integralmente publicado na edição que certamente foi a primeira publicação completa dos ensaios, além da edição original polonesa, já citada acima.<sup>17</sup>

Na Conferência de Berna, em 1915, os membros do “Grupo de Baugy” procuraram fazer com que os bolcheviques adotassem no seio do partido russo as posições defendidas por Rosa Luxemburg, no que foram enfrentados por Lênin, que fez valer as suas posições, que eram aquelas defendidas em vários artigos, sobretudo nos dois citados mais acima. Na verdade, o básico do problema era a questão da guerra e a posição da social-democracia diante da autonomia das nações.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> Ver “Nota editorial”, em Rosa Luxemburg, *A questão nacional e a autonomia* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988), p. 7.

<sup>16</sup> Conforme nos informa Jaime Pinsky, em *Questão nacional e marxismo* (São Paulo: Brasiliense, 1980), p. 57.

<sup>17</sup> Rosa Luxemburg, *La cuestión nacional y la autonomía* (México: Ediciones de Pasado y Presente, 1979).

<sup>18</sup> Abordei de forma breve esses problemas em “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit., passim, e especialmente pp. 194-198, e em “A singularidade do austromarxismo”, em *Marxismo e transformações capitalistas: do Bernstein-Debate à República de Weimar 1899-1933* (São Paulo: IAP/Ipso, 2000), pp. 303-331; mas a questão foi exaustivamente discutida e estudada no seio do pensamento socialista e marxista e aparece

Evidentemente, essa questão não pode ser tratada com maior amplitude aqui, mas certamente tem uma relação importante com os problemas que discutimos neste trabalho. Escrevi sobre essa problemática em diferentes ocasiões e lugares. Mas poderia resumir da seguinte forma o tema, a fim de permitir ao leitor interessado um passo à frente nas suas avaliações, caso deseje:

[...] Para ver as posições de Lênin contra as teses defendidas pelos membros do “Grupo de Baugy”, totalmente “luxemburguianas”, propostas nas teses “A palavra de ordem do direito das nações à autodeterminação”, redigidas por Bukhárin, Piatakov e Ieugenia Bosch, enviadas à redação da revista *Sbornik Sozial-Demokrat* (evidentemente não publicadas por Lênin), consultar: “As novas tendências do ‘economicismo’ imperialista” [...] Em seguida, para a resposta específica a I. Piatakov (P. Kievski), que enviara à redação da *Sbornik Sozial-Demokrat* um artigo intitulado “O proletariado e o ‘direito das nações à autodeterminação’ na época do capital financeiro”, Lênin escreveu um artigo, “Resposta a P. Kievski (I. Piatakov)”, pensando em publicar os dois na revista (o que não aconteceu) [...] Finalmente, logo depois, Lênin escreveu um longo ensaio em que respondia a todas essas colocações dos membros do “Grupo de Baugy”, “Uma caricatura do marxismo e o ‘economicismo imperialista’” [...] Deve-se salientar o seguinte: as “teses” do “Grupo de Baugy” e o artigo de Piatakov, enviados a Lênin para serem publicados na revistas *Sbornik Sozial-Demokrat* não o foram: primeiro pelo fato de que sendo contrários às teses de Lênin que eram as posições oficiais dos bolcheviques sobre o tema não poderiam mesmo ser publicados; depois, no caso do artigo de Piatakov, por falta de espaço na revista, que passou a ser editada muito irregularmente e era preenchida com matérias mais políticas que teóricas [...]”<sup>19</sup>

Finalmente, um outro ponto polêmico pode ser identificado no aspecto referente à passagem dos estudos de Lênin anotados em *O marxismo e o Estado* e a apresentação final desses estudos no que acabou sendo o livro *O Estado e a revolução*.

Sempre em meu ensaio de 1986, fiz uma afirmação que acabou provocando algumas polêmicas, como conto em uma passagem de meu livro:

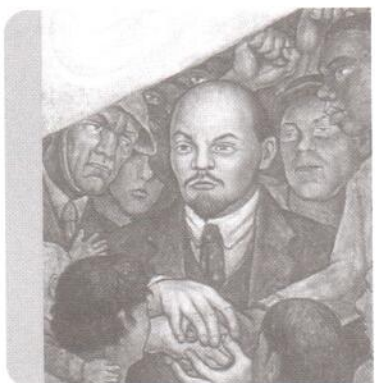
[...] O que chamou a atenção no ensaio foi o seguinte: em primeiro lugar, eu sugeria que havia na obra de Lênin, a partir de determinado momento (a tomada do poder em 1917), uma teoria que marcava sua posição quanto ao capitalismo de Estado como forma de transição ao socialismo. Nesse sentido, na minha opinião, a publicação de seu livro *O Estado e a revolução*, em 1918, teria sido uma escorregada que fugia a tal posição teórica que podia ser percebida ao se acompanhar cronologicamente seus escritos posteriores à elaboração do livro. Objeções a essas posições foram manifestadas em dois textos: primeiro, Antonio Carlos Mazzeo contestou algumas das minhas afirmativas em “Lênin, o Estado e a revolução”, trabalho que circulou mimeografado; depois, José Paulo Netto formalizou suas objeções em um instigante ensaio sobre a obra *O Estado e a revolução*. Discordava de algumas de minhas conclusões, aceitando outras, ao mesmo tempo em que acolhia também algumas das posições de Mazzeo, divergindo por sua vez de outras, para desenvolver uma linha de raciocínio que, entre outras conclusões, defendia que a elaboração da obra de Lênin seria de certa forma datada, na medida em que atendia a conjunturas internas e externas do momento político por ele vivido.<sup>20</sup>

numa vasta bibliografia. Citaria, entre várias obras, duas que se dedicam especialmente a analisar as diferenças entre o “Grupo de Baugy” e Lênin, e, mais particularmente, entre Lênin e Bukhárin: Stephen F. Cohen, *Bujárin y la revolución bolchevique...*, cit., especialmente “La formación de un viejo bolchevique”, pp. 7-67, e A. G. Löwy, *El comunismo de Bujárin* (Barcelona/México: Grijalbo, 1973), especialmente “El moderno Leviatán: julio de 1914 a mayo de 1917”, pp. 53-72.

<sup>19</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, *Marxismo e transformações capitalistas...*, cit., p. 323, nota 60.

<sup>20</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, *Capitalismo de Estado e socialismo...*, cit., pp. 13-14.

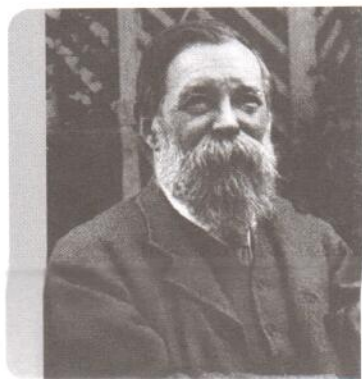




LÊNIN

Em nota de rodapé, no mesmo texto, eu apontava as fontes onde essas polêmicas podiam ser encontradas:

O trabalho de Antonio Carlos Mazzeo não foi publicado. Mais tarde, deu a público uma nova versão do ensaio (ver “Lênin e a teoria do Estado revolucionário”, em *Novos Rumos*, ano 2, nº 1, São Paulo, Editora Novos Rumos/Instituto Astrojildo Pereira, 1987, pp. 155-187). Daquele tempo para cá, continuando minhas discussões político-teóricas com Mazzeo, posso salientar que, por suas afirmações mais recentes, feitas a mim pessoalmente, já não defende as posições colocadas em ambos os textos acima mencionados, aproximando-se muito de minhas colocações, expostas no meu ensaio citado. Quanto ao texto de José Paulo Netto, ver “Lênin e a instrumentalidade do Estado”, em *Lênin, O Estado e a revolução* (São Paulo: Global Editora, 1987), pp. 7-46. O ensaio foi escrito a meu pedido para ser a “Apresentação” de uma nova edição brasileira do livro de Lênin que eu estava coordenando então, de modo a divulgar as interessantes colocações de José Paulo Netto que haviam sido feitas de forma não-sistemática em nossas discussões internas no Instituto Astrojildo Pereira, conforme se relata acima e, evidentemente, para enriquecer a nova edição do livro.<sup>21</sup>



LÊNIN

Penso que aqui precisamos de um ponto de reflexão para seguirmos adiante em nosso caminho em busca da *teoria de transição* que julgo encontramos em algumas obras de Lênin escritas no período 1917-1923.

Basicamente a divergência entre o que Lênin pensava sobre o destino do Estado no caso de uma transição do socialismo era de que esse aparelho iria definhando, “adormecendo”, como afirmara Engels e ele, Lênin, concordava. Bukhárin, julgava que, tendo o capitalismo chegado ao imperialismo, o Estado se transformara num grande truste estatal global, que seria destruído, “explodido”, com a eliminação dos meios de produção privados pelo socialismo. O “Estado bandidesco” era um aparelho econômico na sua definição, e como tal sujeito a ser expropriado.

Lênin e Bukhárin demoraram a acertar as coisas e acabaram por concordar, como acima já frisamos. Haveria, para ambos, um *período de transição* em que esse Estado iria sendo esvaziado, adormecido, etc., mas acabaria por ser “explodido”. Mas em ambos, em suas obras, não há menção explícita de que tipo de aparelho subsistiria nesse período, ou se subsistiria mesmo um aparelho, caso em que o sentido das coisas estava muito mais perto da teoria anarquista – que Lênin reprovava a Bukhárin na polêmica com ele mantida – que propunha o desaparecimento simples do Estado. Se levarmos em conta a teoria de Lênin em *O Estado e a revolução*, podemos ver que o Estado que subsiste é o mesmo Estado burguês, apropriado pelo proletariado, que irá definhando, adormecendo, etc.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 14, nota.

## II

Minha afirmativa, no ensaio “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, já citado, de que teria havido da parte de Lênin uma *escorregada* ao publicar *O Estado e a revolução* depois da Revolução de Outubro de 1917, provocou certa confusão, e, parece, não ficou de todo clara.

Procurarei nesta nova tentativa avançar um pouco mais na análise da temática, a fim de não só melhor fundamentar os meus argumentos mas, ao mesmo tempo, tentar desenvolver meu raciocínio da seguinte forma: Lênin, diante dos problemas colocados pela tomada do poder na Rússia, com a Revolução de Outubro, deixou de lado as elaborações sobre o Estado (seu “esvaziamento” ou “esmaecimento” já na transição para o socialismo, seu desaparecimento na própria fase de construção do socialismo) explicitadas no seu livro emblemático e se lançou à tentativa de formalizar uma outra teoria sobre a transição para o socialismo, agora levando em conta a realidade concreta que tinha pela frente diante da vitória da revolução. Essa nova teoria da transição é denominada por mim *teoria do capitalismo de Estado sob o poder soviético como forma de transição para o socialismo*.<sup>22</sup>

Como se viu anteriormente, foi justamente o resultado das polêmicas travadas principalmente com Bukhárin, e em menor parte com Piatakov e os membros do “Grupo de Baugy”, sobre o Estado, o imperialismo, a autodeterminação e as nacionalidades, que amadureceram em Lênin as idéias sobre a questão do imperialismo e do Estado no marxismo e o seu destino caso se desse a realização do socialismo:

[...] Bukhárin naquele momento residia na Suíça, para onde havia se mudado, após ter sido expulso da Suécia. Fora residir em Baugy, uma pequena localidade, subúrbio de Monteux perto do lago Genebra. Aí já viviam alguns de seus amigos, jovens revolucionários de Moscou, como Krilenko, Troianovski e sua mulher, Ielena Bosch Troianovski. Logo chegaram Karl Radek e depois Iuri Piatakov e sua mulher, Ieugenia Bosch (que era irmã de Ielena Troianovski). Assim que chegou a Baugy, Bukhárin encampou uma proposta de seus amigos Krilenko e Troianovski para a edição de uma revista teórica, que foi encaminhada a Lênin. Deveria se chamar *Zvezdá* (A estrela) e os fundos financeiros seriam arranjados pelo abastado casal Troianovski. Além disso, propunham manter contactos com o interior da Rússia, com grupos social-democratas. Lênin, evidentemente, jamais poderia concordar que uma revista tivesse o caráter de correspondente com os centros revolucionários internos, exceto no caso de ser considerada órgão oficial da direção. Na época, Lênin estava exatamente envolvido no levantamento de fundos para a publicação de uma revista ligada ao órgão central, o *Sozial-Demokrata*. Os resultados eram desanimadores: daí sua irritação quando constatou que o casal Troianovski estava disposto a financiar uma revista isolada. Nesse meio tempo, Radek, Piatakov e Ieugenia Bosch já haviam se incorporado ao “Grupo de Baugy” e aumentaram a pressão pela publicação da revista, não só por serem todos brilhantes publicistas, que teriam meios de publicar seus ensaios, mas sobretudo porque também Ieugenia Bosch, como a irmã, era rica, e podia juntar mais fundos financeiros ao empreendimento. A irritação de Lênin também aumentou.<sup>23</sup>



<sup>22</sup> Essa é uma denominação que já havia adotado no livro *Capitalismo de Estado e socialismo...*, cit., p. 29.

<sup>23</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit. p. 195.

Por sua vez, a redação do livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo* (1916) permitiu que Lênin consolidasse suas posições sobre a questão, suscitada pelos termos das polêmicas acima mencionadas, com os característicos reflexos das discussões acontecidas, com a extensão dos embates para os meios da social-democracia internacional, como na Conferência de Berna, entre outros:

Mas, além da questão da revista, havia outros problemas teóricos que separavam o “Grupo de Baugy” de Lênin, pois nas consultas que fez aos membros do grupo ele constatou que todos, sobretudo Radek e Piatakov, discordavam de suas teses a respeito da transformação da guerra imperialista em guerra revolucionária de classe, partindo-se para a revolução mundial. Radek e Piatakov estavam mais próximos das teses defendidas nos meios social-democratas por Rosa Luxemburg, a respeito do imperialismo, da questão nacional e da guerra. Deste modo, quando em fevereiro de 1915 se reuniu a Conferência de Berna, todo o “Grupo de Baugy” estava contra a posição de Lênin. Bukhárin, além de estar ligado aos membros do grupo por uma amizade muito grande, era simpático às teses defendidas por Rosa Luxemburg por julgar que elas se aproximavam mais daquelas defendidas pelo grupo menchevique liderado por Martov



e mesmo pelo grupo de Trostsky, o que poderia ser um fator para unificar a social-democracia russa. E isso era importante, pois poderia levar a que, na conferência social-democrata futura, a social-democrata russa apareceria unificada. O que Radek e Piatakov defendiam, calcados em Rosa Luxemburg, era que a possibilidade de o proletariado transformar a guerra imperialista em guerra civil de classes era nula nas condições da época. Rosa Luxemburg concordava que a superação do imperialismo só poderia se dar pelo socialismo, mas era cética com relação a que a situação de guerra permitisse essa virada do proletariado no sentido de atacar a fortaleza burguesa-capitalista, pois, com a guerra, também o proletariado estava destruído, desorganizado, incapaz de uma ação política consciente. Assim, somente com o término da guerra, surgindo uma nova onda de

desenvolvimento, poderia o proletariado se organizar novamente para desfechar o golpe de misericórdia no capitalismo. E, ademais, havia que se considerar que na situação de guerra a questão nacional também pesava e era muito difícil exigir do proletariado uma ação internacionalista, isto é, de que ele se voltasse contra sua própria burguesia, em cada país. Assim, Radek e Piatakov se colocaram contra Lênin na Conferência de Berna, contando a princípio com o apoio de Bukhárin, que, como vimos, tinha esperanças de que recusadas as teses de Lênin, se facilitasse a unificação com outros grupos social-democratas russos. Entretanto, durante as discussões, Lênin fez prevalecer seu ponto de vista e Bukhárin terminou votando com ele.<sup>24</sup>

Naquilo que diz respeito diretamente à questão do Estado, as polêmicas geraram as anotações que viriam, mais tarde, a compor o “caderno azul” de *O marxismo e o Estado*. Esse “caderno azul” fora de certa forma perdido ou esquecido: “ficara em Estocolmo”, e Lênin, temeroso de ser preso pelas forças repressivas do Governo Provisório, recomendou a Kamenev que, caso fosse recuperado, o publicasse em brochura:

V. I. Lênin escreveu o trabalho *O marxismo e o Estado* em janeiro-fevereiro de 1917, em Zurique. A obra foi publicada pela primeira vez em 1930 na *Coletânea Leninista*, tomo XIV. O manuscrito de *O marxismo e o Estado*, utilizado na preparação do livro *O Estado e a revolução*, é um caderno de capa azul, de 48 páginas, escrito com letra miúda e apertada, com adições,

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 196.

anotações marginais e sublinhados, prova de que Lênin havia voltado mais de uma vez a esses materiais [...] Ao viajar da Suíça para a Rússia, em abril de 1917, Lênin deixou o manuscrito e outros materiais para que fossem guardados no estrangeiro. Mais tarde, em julho de 1917, preocupado com o destino dos mesmos, Lênin escreveu em uma nota a Kamenev: “*Entre nous*: se me prendem, rogo que edite meu caderno *O marxismo e o Estado* (ficou em Estocolmo). Capa azul, encadernado. Reuni todas as citações de Marx, Engels, assim como de Kautsky contra Pannekoek. Há uma série de observações, notas e fórmulas. Creio que com uma semana de trabalho se poderá editá-lo. O considero importante, pois não só Plekhánov, mas também Kautsky embrulharam as coisas” [...]”<sup>25</sup>

Não há a menção a isto pelos redatores das notas críticas, mas seguramente o material era aquele que Lênin já falara em suas cartas a Inessa Armand e a Alessandra Kollontai, nas quais mostrava arrependimento por ter recusado um artigo de Bukhárin para a revista *Sbórník Sozial-Demokrat* e dizia que tinha recolhido muitos materiais para um estudo do problema do Estado e que, se houvesse dinheiro, publicaria ambos os trabalhos nos futuros números da revista (o dele e o de Bukhárin).<sup>26</sup>

Como nos mostra a nota crítica do Instituto de Marxismo-Leninismo, esse “caderno azul” já fora publicado em forma de livro em diversas ocasiões, mas a primeira delas foi em 1931, tendo sido incluído em 1930 na *Coletânea Leninista*:

[...] O trabalho de Lênin *O marxismo e o Estado* tem uma grande importância própria. Foi publicado em livro à parte em russo em 1931, 1932, 1933, 1934 e 1958. Dá a conhecer o método leninista de investigação científica, seu enfoque ao estudar e resolver complexos problemas da teoria e da prática do movimento comunista e operário internacional.<sup>27</sup>



ALESSANDRA KOLLONTAI

Mas, ao contrário do que se poderia pensar, no livro *O Estado e a revolução*, Lênin não faz menção aos estudos de Bukhárin sobre o Estado e muito menos à polêmica travada entre eles a respeito do tema. Em compensação, a divergência com Kautsky aparece salientada no livro. Lembremo-nos que na carta a Inessa Armand, de 19 de fevereiro de 1917, ele afirmava: “Gostaria de publicar o artigo de Bukhárin e minha análise sobre seus pequenos erros e sobre os gigantescos amontoados de mentiras e trivialidades sobre o marxismo de autoria de Kautsky”. Assim, os “pequenos erros” de Bukhárin não são mostrados, mas os “amontoados de mentiras e trivialidades sobre o marxismo” de Kautsky estão no livro.

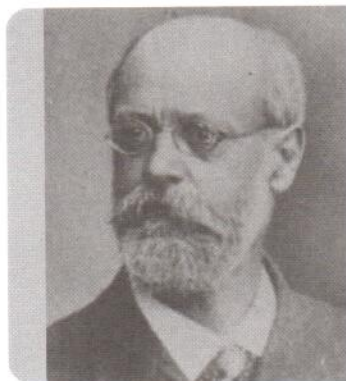
<sup>25</sup> Cf. Lênin, *El marxismo y el Estado: materiales preparatorios para el libro El Estado y la revolución* (Moscou: Progreso, 1980), p. 115.

<sup>26</sup> Lênin escrevia, em 17 de fevereiro de 1917, a Kollontai: “É uma lástima que não tenhamos dinheiro. Se o tivéssemos, publicaríamos o nº 3 da *Sbórník Sozial-Demokrat* [...] e também o nº 4 (ou seja, o artigo de Bukhárin que a princípio recusamos e o meu sobre o mesmo tema)”. Em 19 de fevereiro do mesmo ano escrevia a Inessa Armand: “Nos últimos tempos estive pensando a respeito do Estado, reuni muitos materiais e cheguei, segundo creio, a conclusões muito interessantes e importantes, que apontam agora muito mais contra Kautsky [...] Gostaria de publicar o nº 4 da *Sbórník Sozial-Demokrat* com o artigo de Bukhárin e minha análise sobre seus pequenos erros e sobre os gigantescos amontoados de mentiras e trivialidades sobre o marxismo de autoria de Kautsky” (*apud* Antonio Roberto Bertelli, “A questão do Estado e da transição em Lênin e Bukhárin”, cit., p. 200).

<sup>27</sup> Cf. Lênin, *El marxismo y el Estado...*, cit., p. 115.

Porém, levando em consideração as afirmações da nota crítica dos estudiosos do ex-Instituto de Marxismo-Leninismo, poderemos avançar um pouco mais nas nossas dúvidas sobre alguns aspectos dessa questão. A nota editorial mostra que Lênin escreveu as anotações do “caderno azul” em janeiro-fevereiro de 1917. As cartas que já mencionei são de 17 de fevereiro (para Kollontai) e de 19 de fevereiro (para Inessa Armand). Dessa forma, não há dúvida de que esses materiais são aqueles a que Lênin se referia em ambas as cartas e eram destinados a servir de base para escrever o artigo sobre o Estado que gostaria de publicar juntamente com o artigo de Bukhárin, na *Sbórník Sozial-Demokrat*, para mostrar os “pequenos erros” de Bukhárin e as “mentiras e trivialidades sobre o marxismo” de Kautsky.

Mas é interessante salientar que em *O marxismo e o Estado* está publicado um “Plano do artigo ‘Contribuição ao problema do papel do Estado’”, que seria talvez o artigo que Lênin pretendia escrever, como anunciara nas cartas às companheiras revolucionárias. Mas aí não se vê a crítica aos “pequenos erros de Bukhárin”. Assim, tudo leva a crer que o material do “caderno azul” – *O marxismo e o Estado* – era de fato a base para o ensaio de Lênin (já concordando com Bukhárin em muitas de suas teses) a ser publicado na revista, se possível junto com o artigo de Bukhárin.



KAUSTSKY

Assim, houve a recusa de Lênin a um artigo de Bukhárin sobre a questão do Estado. Esse artigo rejeitado era “Sobre a teoria do Estado imperialista” e referia-se ao trabalho que Bukhárin escrevera baseado no ensaio a respeito do imperialismo e a economia mundial, que fora publicado antes na revista *Kommunist* e que mais tarde serviu de base para o seu livro *A economia mundial e o imperialismo*. Mas, pelas anotações de Lênin, ele criticava também um ensaio de Bukhárin denominado “O Estado bandidesco imperialista”. Porém, esse ensaio é o *mesmo artigo*, com modificações, publicado com outro título por Bukhárin em várias revistas européias, como resposta à atitude de Lênin por rejeitá-lo para ser publicado na *Sbórník Sozial-Demokrat*, pois tomou a recusa como tendo conotações políticas mais amplas do que simplesmente os fundamentos teóricos levantados por Lênin em relação ao material.<sup>28</sup>

Mas, apesar desse emaranhado de artigos e recusas, podemos afirmar que Lênin escreveu as cartas já mencionadas depois de submeter a críticas ambas as versões de Bukhárin para o mesmo ensaio (“Sobre a teoria do Estado imperialista” e “O Estado bandidesco imperialista”).<sup>29</sup> As notas críticas da edição soviética a que nos remetemos dizem sobre as anotações de Lênin.

#### Sobre o primeiro ensaio:

As observações críticas para o artigo de N. Bukhárin “Sobre a teoria do Estado imperialista” foram escritas por Lênin não mais tarde que em agosto de 1916 e publicadas pela primeira vez em 1932. Pela correspondência de Lênin com Bukhárin e Zinoviev se sabe que Bukhárin se

<sup>28</sup> Cf. Stephen F. Cohen, *Bujárin y la revolución bolchevique...*, cit., pp. 59 e ss.; A. G. Löwy, *El comunismo de Bujárin*, cit., pp. 66 e ss.

<sup>29</sup> As anotações críticas para a primeira versão do ensaio foram escritas, segundo nota da edição soviética, no mais tardar em agosto de 1916 (ver *El marxismo y el Estado...*, cit., p. 102). Quanto às anotações críticas para a segunda versão, foram escritas entre novembro e dezembro de 1916 (p. 103). As cartas, como se recorda, eram de 17 e 19 de fevereiro de 1917.

dispunha a publicar seu artigo na *Sbórník Sozial-Demokrat*, mas a redação o recusou devido às equivocadas teses antimarxistas que expunham no problema do Estado e da ditadura do proletariado.<sup>30</sup>

#### Sobre o segundo:

As observações para o artigo de N. Bukhárin “O Estado bandidesco imperialista”, publicado com a assinatura *Nota-Bene* no nº 6 do periódico *Jugend-Internationale* (A Internacional Juvenil), de 10 de dezembro de 1916, foram escritas por Lênin, pelo visto quando da publicação da revista. Bukhárin desenvolveu nesse artigo as mesmas concepções semi-anarquistas e antimarxistas sobre o Estado do artigo “Sobre a teoria do Estado imperialista”, recusado pela redação da *Coletânea do “Sozial-Demokrat”* [*Sbórník Sozial-Demokrat*].<sup>31</sup>

Resumindo, isso nos leva ao seguinte: as anotações que resultaram no “caderno azul” e que mais tarde seriam publicadas como *O marxismo e o Estado* eram os estudos de Lênin para preparar o ensaio sobre o Estado que anunciara tanto a Kollontai como a Inessa Armand nas cartas citadas, que não foi sequer escrito. Porém, aqui ele começava a concordar com as teses de Bukhárin que antes rejeitara, expostas no ensaio que recusara publicar na revista. Já aceitava as posições de Bukhárin em torno da concepção de que o Estado, no estágio imperialista do capitalismo, ao se transfigurar num aparelho econômico, isto é, num *truste estatal global* – o grande Leviatã que tudo controla –, teria que desaparecer na medida em que houvesse a expropriação dos meios de produção pelo proletariado, pois deixariam de existir as suas bases históricas e econômicas com essa expropriação e com a socialização dos meios de produção. É verdade que para ele restavam, como mostram suas anotações em torno do ensaio de Bukhárin “O Estado bandidesco imperialista”, pequenas ressalvas quanto a algumas afirmações que, comparadas àquelas sobre o ensaio enviado com o título “Sobre a teoria do Estado imperialista”, sugerem que de fato Lênin havia modificado (atenuado) sua posição quanto às idéias de Bukhárin. Restavam os “pequenos erros” de Bukhárin, que ainda assim “ajudavam” os kautiskianos.<sup>32</sup>

Finalizando esse ponto, é interessante ver mais de perto a crítica de Lênin sobre esse primeiro ensaio e a justificativa da recusa para publicação:

Estimado camarada:

Infelizmente, não podemos imprimir o artigo “Sobre a teoria do Estado imperialista”. Acontece que o material proveniente da Rússia ocupa tanto espaço, que foi necessário restringir todos os outros temas e não há dinheiro suficiente. As coisas estão difíceis. Mas não é o principal. O principal são alguns defeitos do artigo. O título não corresponde ao conteúdo. O artigo tem duas partes, a união das quais não foi suficientemente meditada: 1) sobre o Estado em geral, e 2) sobre o capitalismo de Estado e seu desenvolvimento (especialmente na Alemanha). A 2ª parte é boa e útil, mas legal em 9/10 partes. Aconselhamos que a publicasse em alguma das revistas legais (se não em *Liétopis*), depois de muito pequena modificação, e estaríamos dispostos a fazer o que depender de nós para conseguir que seja publicada. A 1ª parte aborda um tema de enorme importância em relação aos princípios, mas isso e nada mais; só aborda. Numa revista que sai uma vez por ano não podemos publicar, sobre um problema teórico tão fundamental,

<sup>30</sup> Cf. Lênin, *El marxismo y el Estado...*, cit., p. 127 (nota 118)

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>32</sup> Para as críticas de Lênin aos “kautiskianos”, ver Lênin, “Anotações em torno da polêmica Kautsky-Pannekoek”, em *El marxismo y el Estado...*, cit., pp. 73-78

um artigo que não foi suficientemente meditado. Deixando de lado a polêmica contra Gumpłowicz, etc. (também essa parte seria melhor refazê-la e transformá-la num artigo legal), devemos salientar uma série de formulações do autor extremamente inexatas. O marxismo é uma “teoria do Estado” “sociológica” [???]; o Estado = a organização “geral” (?) das classes dominantes: as citações de Engels estão cortadas precisamente em lugares que são de particular importância, se se trata desse tema. A diferença entre os marxistas e os anarquistas quanto ao problema do Estado (pp. 15-16) está definida de forma absolutamente incorreta: se se tratar este tema, não se pode falar assim; não se deve falar assim. Conclusão (o autor a salienta): “A social-democracia deve manifestar fortemente sua hostilidade de princípio para com o poder estatal” (p. 53); [compare-se: o proletariado cria “sua organização estatal provisória do poder” (p. 54) (“organização estatal do poder”!?), também sumamente inexato ou incorreto.] Nosso conselho é refazer, para transformar em artigos legais: a) a parte sobre o capitalismo de Estado e b) a polêmica com Gumpłowicz & Cia. Deixar amadurecer o resto. Esta é a nossa convicção.<sup>33</sup>

Por sua vez, se verificarmos o terceiro material publicado em apêndice, “3. Plano do artigo ‘Contribuição ao problema do papel do Estado’”,<sup>34</sup> que é o esboço do ensaio que Lênin *pensava em escrever e não escreveu*, veremos que ainda aqui não há nenhuma parte especial dedicada às teorias de Bukhárin, mas apenas indicações das teses que sustentaria mais tarde no livro *O Estado e a revolução*, em que mostra os erros e equívocos de Kautsky, mas nem mesmo aponta os “pequenos erros” de Bukhárin.

Por sua vez, ao se folhear o texto publicado do “caderno azul” – *O marxismo e o Estado* –, que originalmente tinha apenas 48 páginas, se poderá ver a bibliografia consultada e que serviu de base para que Lênin escrevesse, depois, o livro *O Estado e a revolução*. Comparada, por exemplo, com as anotações publicadas como os “Cadernos sobre o imperialismo” (que serviram de base para se escrever *O imperialismo, fase superior do capitalismo*), que ocuparam dois grossos volumes das *Obras completas*, com o fichamento em torno de “148 livros (106 em alemão, 23 em francês, 17 em inglês e 2 traduzidos em russo) e 232 artigos (206 em alemão, 13 em francês e 13 em inglês) de 49 publicações periódicas (34 alemãs, 7 francesas e 8 inglesas)”, conforme nos informam os editores, em texto de 4ª capa, da edição em espanhol (mais ou menos 800 páginas, divididas em dois volumes),<sup>35</sup> se poderá concluir que as primeiras (isto é, as anotações de *O marxismo e o Estado*) dificilmente poderiam ser consideradas – levando-se em conta o rigor e a responsabilidade intelectuais de Lênin – como sendo destinadas a um estudo para escrever uma obra sobre a teoria marxista do Estado, assunto da mais alta importância.

Assim, Lênin em condições normais, certamente não tomaria a decisão de escrever um livro sobre um assunto de tal complexidade a partir somente de tais anotações. O que, evidentemente, nos leva também a concluir que eram e sempre foram mesmo anotações para escrever um artigo para uma revista; artigo datado e circunstancial, historicamente situado nos meses finais de 1916 e nos meses iniciais de 1917.

Mas, se o estudo de Lênin era apenas para escrever um artigo circunstancial, em que pretendia muito mais discutir com Kautsky do que com Bukhárin, o que o teria

<sup>33</sup> Cf. Vv. Aa., *Bukhárin teórico marxista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989), pp. 31-32. A carta foi originalmente publicada, em 1932, em *Bolshevik*, nº 22, e depois incluída nas *Obras completas*, vol. XL (Madri: Akal, 1977), pp. 361-362.

<sup>34</sup> Cf. Lênin, *El marxismo y el Estado...*, cit., pp. 110-111.

<sup>35</sup> Ver Lênin, “Cadernos sobre o imperialismo”, *Obras completas*, vols. XLII e XLIV, cit., publicados, como se vê, ao fim, fora da ordem cronológica, evidentemente, como nos informam os editores, devido a problemas técnico-editoriais.

levado, em julho de 1917, já na Rússia e em plena época revolucionária, a tentar resgatar o seu “caderno azul” para publicar as anotações aí existentes e aprofundá-las um pouco mais para redigir o livro *O Estado e a revolução*, visando publicá-lo de forma tão apressada?

A resposta a uma pergunta como esta só poderia vir do próprio Lênin, e ele a concedeu em seu “Prefácio” ao livro. Diz ele:

A questão do Estado assume na atualidade uma importância singular, tanto no aspecto teórico como no aspecto político prático. A guerra imperialista acelerou e aguçou extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado [...] Os elementos de oportunismo acumulados durante décadas de desenvolvimento relativamente pacífico criaram a corrente do social-chauvinismo dominante nos partidos socialistas oficiais do mundo inteiro. Essa corrente (Plekhánov, Potréssov, Brechkóvskaia, Rubanóvich e, depois, sob uma forma ligeiramente velada, os senhores Tseretélli, Tchernov e Cia., na Rússia; Scheidemann, Legien, David e outros na Alemanha; Renaudel, Guesde e Vandervelde, na França e na Bélgica; Hyndman e os fabianos, na Inglaterra, etc.), socialismo de discurso e chauvinismo de fato, se distingue pela adesão lacaia e vil dos “líderes do socialismo” não só aos interesses de “sua” burguesia nacional, como também aos de “seu” Estado, pois a maioria das chamadas grandes potências há muito tempo explora e escraviza muitas nações pequenas e fracas. E a guerra imperialista é precisamente uma guerra pela repartição e redistribuição dessa forma de despojo [...] <sup>36</sup>

E, finalmente, dizia: “[...] A seguir analisaremos especialmente a posição do principal representante dessas confusões, Karl Kautsky, o líder mais conhecido da II Internacional (1889-1914), que sofreu uma bancarrota tão lamentável durante a guerra atual [...]” <sup>37</sup>

Por estes parágrafos citados acima, do “Prefácio” de Lênin, vê-se perfeitamente o objetivo que desejava atingir com seu livro. Não se trata de salientar um objetivo histórico-teórico onde se estaria discutindo e elaborando alguns pontos fundamentais da teoria marxista da questão do Estado como aparelho ideológico de dominação na sociedade capitalista, como, por exemplo, a obra de Max Adler, o filósofo austromarxista, que em 1922 publicou o formidável livro *A concepção do Estado no marxismo: sobre a diferença entre o método sociológico e o jurídico*, o primeiro livro dedicado a estudar a questão do Estado do ponto de vista marxista, e um dos poucos até hoje escritos sobre o assunto no campo do marxismo. <sup>38</sup>

A obra de Lênin, ao contrário, não tinha como objetivo específico destacar uma postura histórico-teórica, abstrata, filosófica, mas sim uma posição definida, historicamente concreta, na qual procurava analisar situações políticas perfeitamente identificadas. Se cinco dos seis capítulos do livro eram usados para estudar a posição histórico-teórica, os dois capítulos finais são aqueles que constituem o alvo principal de seus estudos: o sexto capítulo, “O aviltamento do marxismo pelos oportunistas”, no qual analisa exatamente o pensamento de Plekhánov e Kautsky sobre o tema (o que destaca, aliás, no “Prefácio”, como cito mais atrás); e o sétimo capítulo, que seria dedicado especificamen-

<sup>36</sup> Cf. Lênin, *O Estado e a revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na revolução* (São Paulo: Global, 1987), pp. 51-52.

<sup>37</sup> Ibid., p. 52.

<sup>38</sup> Pode ser consultado em Max Adler, *La concepción del Estado en el marxismo: sobre la diferenciación entre el método sociológico y el jurídico* (México/Madri: Siglo Veintiuno, 1982).



te à trajetória do pensamento marxista russo quanto à questão do Estado – trata-se do capítulo que seria denominado “A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917” como sabemos não foi escrito. A meu juízo, estariam aqui, nesses dois capítulos, os objetivos essenciais de Lênin: mostrar que o movimento socialista de extração social-democrata, isto é, não-bolchevique,<sup>39</sup> ao não compreender a questão do Estado no marxismo, se viu fragilizado e aderiu aos posicionamentos burgueses quanto ao novo Estado imperialista; e isso em níveis internacional e nacional (russo).

Assim, está correto José Paulo Netto quando mostra que Lênin procurava enfrentar questões de política prática, sendo, pois, suas propostas caracterizadas como de instrumentalidade para influir numa dada e determinada situação.<sup>40</sup> Mas, apesar disso, continuo a acreditar que foi uma tentativa “fora do lugar”, pois suas conclusões – que, conforme afirma Cohen em sua obra citada, são estranhamente as mesmas de Bukhárin, ou seja, aquelas que ele rejeitara – não podem ser aplicadas à situação russa que enfrentava. Para ver isso basta consultar o texto de “As teses de abril” (sua primeira manifestação política tão logo desembarcou na Rússia, escrito em abril de 1917) e muitos outros textos que se seguiram, para verificar que a questão do Estado que enfocava nada tinha a ver com as posições sobre adormecimento, esmaecimento, explosão, etc. do Estado, colocadas em suas anotações de 1916 (“caderno azul”) e repetidas no livro escrito em agosto-setembro de 1917 e publicado em 1918.



Dessa forma, segundo creio, a tal “escorregada” por mim sugerida no ensaio citado poderia ser resumida da seguinte forma: se em abril de 1917, como se pode ver pelas “Teses de abril”, Lênin já defendia posturas tão diferentes, continuando daí em diante a aprofundá-las em outros textos, não há aparentemente nenhuma justificativa histórico-teórica para a decisão de Lênin nessa direção, ou seja, em agosto setembro de 1917 reelaborar o material do “caderno azul” e a partir daí escrever o livro para ser publicado em 1918.

E, por outra parte, constata-se que Lênin jamais voltou a recolocar as teses defendidas no livro graças ao sentido tomado pela revolução soviética a partir de então. Ao contrário, aprofundaria constantemente a sua teoria do “capitalismo de Estado sob o poder soviético” como sendo a forma de Estado singular e ideal para, no caso da Rússia soviética, superar a sociedade capitalista e chegar à sociedade socialista. Para Lênin seria essa forma de Estado que marcaria todo o *período de transição para o socialismo* na Rússia.

### III

O desembarque na Estação Finlândia e a leitura do documento que viria a ser as “Teses de abril” provocaram espanto, admiração e estupor. Causaram perplexidade tanto nos adversários como nos aliados, mas principalmente surpreenderam os companheiros,

<sup>39</sup> Essas anotações foram feitas em 1916, sua reelaboração é de agosto-setembro de 1917 e a publicação do livro de 1918. Portanto, já depois do episódio escandaloso da aprovação dos créditos de guerra, em 4 de agosto de 1914, pelo SPD na Alemanha; e se está em plena guerra “imperialista e de rapina”. Assim, Lênin já denunciara a falência da Segunda Internacional e dirigia sua luta teórica e política exatamente contra as lideranças da social-democracia, seja alemã, seja russa.

<sup>40</sup> Ver José Paulo Netto, “Lênin e a instrumentalidade do Estado”, em Lênin, *O Estado e a revolução*, cit.

os velhos bolcheviques da direção “interna”, que o haviam aguardado com tanta esperança em seu desembarque célebre e que desconheciam suas novas posturas políticas. A virada provocada por essas teses e por outras intervenções posteriores de Lênin apontava para um caminho extremamente inesperado para todos: ele queria passar diretamente à luta por um governo revolucionário, liderado pelos bolcheviques. Em intervenções anteriores, Lênin deixara claro que a primeira etapa da revolução seria democrático-revolucionária, que diferia sensivelmente da forma clássica de um governo democrático-burguês. Nesta última forma, tratava-se de um governo no qual haveria o domínio da burguesia, com um parlamento de tipo clássico, onde a maioria governava e a minoria era oposição.

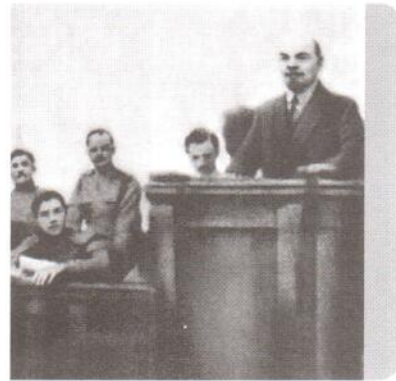
Mas vejamos como ele se sentiu ao desembarcar:

Tendo chegado a Petrogrado só no dia 3 de abril à noite, é natural que apenas em meu nome e com reservas devidas à minha insuficiente preparação tenha podido apresentar na assembléia de 4 de abril um relatório sobre as tarefas do proletariado revolucionário. A única coisa que podia fazer para me facilitar o trabalho a mim próprio – e aos contraditores de boa fé – era preparar teses escritas. Li-as e entreguei o texto ao camarada Tserételli. Li-as muito devagar e por duas vezes: primeiro na assembléia dos bolcheviques e depois na de bolcheviques e mencheviques. Publico aqui estas minhas teses pessoais acompanhadas unicamente de brevíssimas notas explicativas, que no relatório foram desenvolvidas com muito maior amplitude.<sup>41</sup>

Pode-se assim confirmar que Lênin, ao rascunhar as “Teses de abril”, que expôs em 4 de abril de 1917 para bolcheviques e mencheviques, não havia consultado ninguém para elaborá-las, e que eram assim totalmente novas para seus ouvintes. Eram, pois, teses pessoais e refletiam suas posições teórico-políticas naturalmente pensadas nos últimos meses no exílio, vislumbradas graças a seus estudos e pesquisas e, também, é claro, às análises da situação mundial. Exatamente pela originalidade tinham mesmo que espantar seus ouvintes, como logo se verá.

O ponto 1 das “Teses” referia-se a uma análise sobre o problema da guerra e da posição do governo russo. É extremamente importante e revelador, pois o assunto viria, no futuro, a provocar sérias divergências e mudanças nos rumos do poder soviético a ser implantado a partir de outubro de 1917. Aqui aparecia a palavra de ordem da transformação da guerra defensiva em guerra revolucionária que já causara ásperas polêmicas com o “Grupo de Baugy”, em 1915-1916. Mas esse é um ponto secundário, o que nos interessa agora é o ponto 2 das teses:

2. A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na transição da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, para a sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato. Essa transição caracteriza-se, por um lado, pelo máximo de legalidade (a Rússia é agora o país mais livre do mundo entre todos os países beligerantes); por outro lado, pela ausência de violência contra as massas, e, finalmente, pelas relações de



TESES DE ABRIL

<sup>41</sup> Cf. Lênin, “Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução”, em *Obras escolhidas*, vol. 2 (São Paulo: Alfa-Omega, 1980), p. 13.

confiança inconsciente dessas com o governo dos capitalistas, os piores inimigos da paz e do socialismo.<sup>42</sup>

Aqui há uma questão a ser considerada. Se, por uma parte, o modelo democrático-revolucionário antes pensado pelo próprio Lênin implicava a existência de um Estado controlado por forças políticas diferenciadas (parcela da burguesia liberal (democrática), o proletariado e o campesinato, representados pelos respectivos partidos (revolucionários) que eram os seus porta-vozes), por outra seria um modelo que exigiria uma ampla frente política, pois nesse governo se veriam envolvidas forças sociais e políticas da sociedade russa com interesses divergentes.

Assim, a tarefa precípua do governo seria aprofundar a revolução burguesa, ou implantar uma sociedade calcada no modo capitalista de produção, uma democracia parlamentar representativa e que observasse, enfim, os direitos individuais burgueses, como a liberdade de organização, de imprensa, de reunião, etc. Esse, evidentemente, era o modelo abstrato proposto na teoria leniniana do governo democrático-revolucionário.

Mas Lênin percebera que, como afirmara Bukhárin, à medida que a situação do capitalismo se transformava, com sua trustificação, cartelização e intervenção estatal cada vez maior, ou seja, o envolvimento do aparelho estatal nas atividades econômicas para o controle dos meios de produção de mercadorias de formas mais sofisticadas e até mesmo mais opressivas para a classe operária – organizando-se assim para ampliar sua área de ação (mercado) em nível mundial (imperialismo) –, essa nova realidade exigia uma participação diferente das classes e camadas sociais no novo desenho da forma capitalista de produção.

Essas novas constatações teóricas prejudicavam a funcionalidade do antigo modelo democrático-revolucionário pensado por Lênin. Sua primeira conclusão (ponto 1 das “Teses de abril”) era que também as camadas burguesas liberais russas estavam enquadradas nessas condições. E, se antes não tinha a grandeza histórica para realizar as tarefas da revolução burguesa, papel que caberia, então, ao proletariado na teorização de Lênin, agora a situação se agravava, já que a burguesia liberal russa estava envolvida nos objetivos históricos da burguesia mundial da era do imperialismo.

Era uma novidade, já que o novo poder democrático-revolucionário seria apenas proletário e camponês. E, se lermos bem o trecho de Lênin, veremos que ele considerava a primeira etapa (a antiga etapa democrático-revolucionária, que se poderia dizer clássica) totalmente superada naquelas condições.

Mais à frente, no ponto 4 das “Teses de abril”, procurava definir a segunda etapa da revolução democrático-revolucionária, que era a do *poder soviético* (os soviets de soldados, camponeses e operários), enquanto no ponto 5 tornava claro que não se tratava mais de uma *república parlamentar*, mas de uma “república dos soviets de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, de baixo até em cima”. Afirmava:

[...] Supressão da polícia, do exército e do funcionalismo. A remuneração de todos os funcionários, todos eles elegíveis e exoneráveis em qualquer momento, não deverá exceder o salário médio de um bom operário. [...] Confisco de todas as terras dos latifundiários. Nacionalização de todas as terras do país [...] Fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único e introdução do controle por parte dos SDO [Soviets de Deputados Operários] [...] Não

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 14.

“introdução” do socialismo como nossa tarefa imediata, mas apenas passar imediatamente ao controle da produção social e da distribuição dos produtos por parte dos SDO.<sup>43</sup>

Assim, deviam ficar mesmo perplexos os que primeiro ouviram a leitura e depois, leram as teses. No restante do artigo citado, passava a mostrar e a criticar as perplexidades de seus seguidores.

#### IV

Conforme frisei anteriormente, no sentido de que aponto a elaboração de uma teoria que justificava as suas novas posições – com a adoção do “capitalismo de Estado sob o poder soviético” – pode-se dizer que os textos “A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la”, escrito entre 10 e 14 de setembro de 1917 e publicado em outubro do mesmo ano, e “Poderão os bolcheviques manter o poder?”, escrito em 10 de outubro de 1917 e publicado no mesmo mês, constituem os dois primeiros trabalhos em que essa teoria começa a tomar corpo. Sobre o primeiro texto afirmei num dos meus trabalhos:

O texto “A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la” tem como finalidade precípua denunciar a situação de caos e anarquia que o Governo Provisório, liderado por Kerenski, não conseguia superar. Contudo, muito mais do que isso, o texto apresentava para a sociedade, especialmente para as forças



políticas, os fundamentos de um programa alternativo de governo, para evitar a catástrofe no país e a derrota da revolução. Torna-se clara aqui a colocação leniniana de que a solução seria um governo democrático-revolucionário. Do ponto de vista concreto, a questão se coloca nas medidas econômicas urgentes, indispensáveis, que podem salvar a Rússia. Não medidas socialistas, mas capitalistas monopolistas de Estado: nacionalização de todos os bancos e a fusão de todos em um só banco estatal; implantação do registro (contabilidade) e do controle operários da produção e da distribuição de produtos; abolição do sigilo comercial; nacionalização dos grandes consórcios privados (açúcar, petróleo, etc.); obrigatoriedade de os empresários se agruparem em organizações corporativas industriais e comerciais; regulação do consumo, com racionamento de todos os artigos; obrigatoriedade de trabalho para todos.<sup>44</sup>

Sobre o texto seguinte de Lênin, escrevi:

O segundo texto, “Poderão os bolcheviques manter o poder?”, representa na verdade um aprofundamento do que se leu no primeiro. Devido à insistência das demais forças políticas em manter uma coalizão em torno de um governo democrático-burguês – aliança que não se realiza na prática, aumentando o vazio do poder –, começa-se a falar numa possível formação de um governo bolchevique “puro”. Isto, porque o crescimento dos bolcheviques junto ao povo

<sup>43</sup> *Ibid.*, pp. 14-15

<sup>44</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli, “Apresentação”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. VIII.

acelera-se e torna-se claro para todos. É respondendo a tais questões que Lênin escreve seu artigo. E reafirma aqui, com todas as letras, que somente a implantação de um governo democrático-revolucionário pode resolver o impasse em que se encontra a sociedade. E uma vez mais, ao discorrer sobre o que é este governo, quais são as medidas a serem tomadas, insiste em todas as alternativas formuladas em “A catástrofe que nos ameaça” e em outros documentos bolcheviques.<sup>45</sup>

Aqui, percebe-se que Lênin procurava tornar o mais clara possível a proposta que a saída para a revolução russa seria o governo democrático-revolucionário nos moldes previstos por ele. Como se pode ver, por exemplo, no trabalho “Poderão os bolcheviques manter o poder?”, Lênin insistia, da mesma forma, na adoção de medidas econômicas que nada mais eram do que um conjunto de técnicas e procedimentos que sinalizava para o modelo fundado no “capitalismo de Estado sob o poder soviético”.

Logo em seguida, a história mostrou a justeza da tese de Lênin, e os bolcheviques tomaram o poder. E, diante disso, tratava-se de passar da teoria à prática. Lênin reagiu imediatamente a isso e, na segunda edição do texto, de novembro de 1917, escreveu no “Prefácio:

Como se depreende do texto, o presente folheto foi escrito no final de setembro e terminado em 1º de outubro de 1917. A revolução de 25 de outubro deslocou o problema colocado por este folheto do terreno da teoria ao da prática. Há que se responder agora a este problema com atos e não com palavras. Os argumentos teóricos contra a tomada do poder pelos bolcheviques eram extremamente frágeis. Esses argumentos tornaram-se menores [...]<sup>46</sup>

Após a queda do Governo Provisório e a tomada do poder pelos bolcheviques, a situação descrita por Lênin em “A catástrofe” é uma realidade: “A situação era assustadora: fome, frio, miséria, doenças; a produção industrial desorganizada; o campo destruído e com enormes problemas de produção de cereais. Era preciso organizar a economia, permitir que a população respirasse um pouco, diminuindo o sofrimento e a miséria.”<sup>47</sup>

Para que o governo bolchevique pudesse enfrentar a situação desesperadora, Lênin conclui que é preciso tirar o país da guerra. E aceita participar das negociações de paz com os representantes da Alemanha, em Brest-Litovski, contra a vontade da burguesia liberal, dos socialista-revolucionários e dos mencheviques. Mas não eram os inimigos e os aliados somente que estavam contra as tratativas de paz: também dentro do partido bolchevique havia resistências, surgindo uma intensa oposição, cuja tendência mais forte eram os “comunistas de esquerda, grupo formado sobretudo por jovens comunistas moscovitas, que tiveram um papel fundamental na insurreição em Moscou e na consolidação do poder naquela cidade. Excelentes revolucionários, bons administradores e teóricos, eram liderados por Bukhárin.”<sup>48</sup>

Todavia, essa tendência não divergia de Lênin somente na questão da paz. Tinha divergências profundas quanto ao sentido da construção do socialismo proposta por Lê-

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. IX.

<sup>46</sup> Lênin, “Prefácio à segunda edição”, em “Poderão os bolcheviques manter o poder?”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. 59.

<sup>47</sup> Ver Antonio Roberto Bertelli, “Apresentação”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. X.

<sup>48</sup> Para uma análise da formação dos comunistas de esquerda e sua liderança por Bukhárin, ver Stephen F. Cohen, “La política de la guerra civil”, em *Bujárin y la revolución bolchevique*, cit., pp. 89-153, *passim*; A. G. Löwy, “A la izquierda de Lênin”, em *El comunismo de Bujárin*, cit., pp. 89-119, *passim*.

nin.<sup>49</sup> E os choques acabaram por explodir durante a o VII Congresso do partido, realizado em março de 1918. Af, dois pontos da ordem do dia, a questão da paz com a Alemanha e a do novo programa do partido, surgiram como pano de fundo para o confronto das posições. O congresso realizava-se de modo precário. Vários delegados não puderam comparecer, por estarem em territórios ocupados e isolados pelos alemães. O certo é que, na questão da paz, nada de original deveria ser feito, pois todos os passos dados por Lênin haviam sido aprovados pelo Comitê Central do partido e pelo Conselho de Comissários do Povo. Portanto, o congresso teve que referendar o armistício e autorizar a assinatura do tratado de paz.

Mas a discussão maior foi quanto ao programa do partido. Lênin, anteriormente, incentivara Bukhárin a redigir o esboço de um novo programa para o partido, pois o então vigente era velho, de 1912, de antes da tomada do poder. Bukhárin começara a trabalhar nesse esboço, mas ao se colocar na liderança dos “comunistas de esquerda” perdeu o apoio de Lênin para seu esboço, de forma que foi Lênin quem fez o “Informe” apresentando um novo programa, que acabou sendo aprovado no congresso:

Já em 1917, antes da revolução, ou seja, antes de outubro, Bukhárin chamara a atenção de Lênin sobre a defasagem do velho programa do partido. Concordando com ele, Lênin inclusive pediu-lhe que elaborasse um esboço de um novo programa, afirmando mesmo que, por ser um assunto importante, deveria se convocar um congresso extraordinário para discutir o problema. Bukhárin, mesmo caindo na oposição, desde novembro de



1917, à direção leniniana, redigiu esse esboço de um novo programa. Contudo, refletindo suas posições teóricas de “comunista de esquerda”, esse esboço continha posições problemáticas que era impossível que o congresso resolvesse apreciá-las e muito menos aprová-las. Além disso, o fato de estar na “oposição de esquerda” retirava-lhe a probabilidade de ter suas teses do novo programa apoiadas por Lênin.<sup>50</sup>

As discussões no congresso chegaram quase que ao rompimento entre os “comunistas de esquerda” e a direção liderada por Lênin. No caso do programa, usando da prerrogativa então vigente de que a minoria poderia apresentar uma “plataforma”, Bukhárin apresentou o seu esboço de programa,<sup>51</sup> mas, diante do impasse, o congresso preferiu

<sup>49</sup> “Na verdade, a divergência residia no fato de Lênin insistir no seu modelo básico de construção socialista. Para ele o fato de o proletariado ter tomado o poder não implicava o abandono das teses do Estado democrático-revolucionário como forma de Estado de transição para o socialismo. Apenas tornava a tarefa mais fácil. Mas havia ainda outras razões muito importantes para que Lênin insistisse nesse modelo [...]” (ver Antonio Roberto Bertelli, “Apresentação”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. XII).

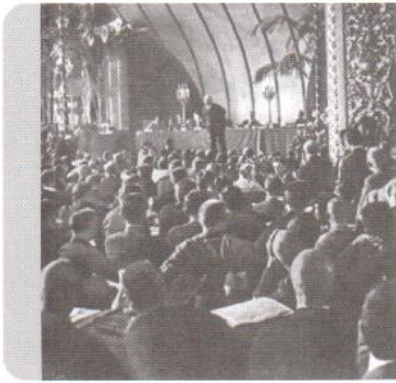
<sup>50</sup> *Ibidem*.

<sup>51</sup> Bukhárin não se intimidou e fez publicar o seu esboço de programa, em 1919, que se transformou num dos textos mais lidos e adotados por todos os partidos comunistas ligados ao movimento comunista. Fato que constata que a direção do partido russo – e muito menos Lênin – não estigmatizou o texto nem o seu autor. Eram outros os tempos... Para o texto de Bukhárin, ver Nicolai Bukharine, *Le programme des communistes (bolchévique)* (Editions des Jeunesses Socialistes Romandes, nº 5, 1919).

nomear uma comissão formada por Lênin, Bukhárin, Trótski, Stálin, Zinoviev e Solkoni-kov para redigir um novo esboço de programa, que deveria ser discutido no congresso seguinte.

Com a derrota no congresso nos dois assuntos de tanta importância, de fato os “comunistas de esquerda” ameaçaram sair do partido, chegando mesmo a solicitar afastamento. Todavia, a ameaça não foi concretizada e continuaram a luta internamente, especialmente no assunto referente à política de transição para o socialismo. Lênin respondeu aos ataques sofridos no congresso com um ensaio importante: “As tarefas imediatas do poder soviético”:

Como se pode ver, para Lênin já foram cumpridas as tarefas de convencer a maioria do povo da justeza do programa revolucionário e de tomar o poder; agora é preciso governar. Por isso, deve-se organizar a produção e a distribuição dos produtos; implementar a indústria de base, a grande indústria mecanizada; administrar essa produção, com técnica e ciência modernas, aprendendo com os técnicos e com os capitalistas; implantar o registro e o controle, que ficaram defasados em relação à expropriação dos meios de produção; disciplinar o trabalho nas fábricas, nas ferrovias, etc., de modo a aumentar a produção com produtividade; organizar a administração, eliminando o caos e a anarquia na produção, com a hierarquização e disciplina no trabalho.<sup>52</sup>



As argumentações usadas por Lênin nesse trabalho demonstram que para ele ainda permanecem válidas aquelas medidas que antes propusera, mesmo ao tempo do governo de Kerenski: a adoção dessas medidas levará à implantação do Estado soviético, isto é, um Estado novo e capaz de permitir a construção da transição para o socialismo.

Todavia, o grande embate viria logo a seguir. Os “comunistas de esquerda” voltaram à carga e fundaram em Moscou, sede da militância dos seus principais líderes, uma revista: *Kommunist*. Nela, no primeiro número, publicaram o documento que embasava suas posições sobre a questão da transição: “Teses sobre o momento atual”. Derrotados internamente no congresso, insistem em divulgar suas críticas à orientação leniniana.

A resposta de Lênin veio por meio do ensaio que, seguramente, é a mais acabada versão de sua teoria da transição até a divulgação de “Sobre o imposto em espécie”, em 1921, e que na verdade, como veremos à frente, é um texto que antes de tudo é a continuidade do texto de 1918: “Infantilismo de ‘esquerda’ e a mentalidade pequeno-burguesa”.

Lênin, depois de analisar e criticar fortemente as posições dos “comunistas de esquerda” em relação à questão da paz, expõe então as suas críticas “às desventuras de nossos ‘comunistas de esquerda’ na esfera da política interna”. Assim, entre outras coisas, diz:

Ontem a tarefa principal do momento era nacionalizar, confiscar, abater e aniquilar a burguesia e terminar com a sabotagem; tudo com a maior decisão possível. Hoje, só os cegos não vêem que nacionalizamos, confiscamos, abatemos e ferimos mais do que tivemos tempo de calcular. A diferença entre a socialização e o simples confisco está em que é possível confiscar só com

<sup>52</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, “Apresentação”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. XV.

“decisão”, sem a capacidade de calcular e distribuir corretamente, enquanto sem esta capacidade não se pode socializar.<sup>53</sup>

E, na seqüência, afirma com todas as letras:

[...] Mas não lhes ocorreu que, comparado com o atual estado de coisas em nossa República Soviética, o *capitalismo de Estado* seria um passo adiante. Se dentro de seis meses aproximadamente *se implantasse o capitalismo de Estado em nossa República*, seria um êxito enorme e a mais segura garantia que dentro de um ano o socialismo se consolidaria definitivamente em nosso país e se tornaria invencível.<sup>54</sup>

Continua seu raciocínio sobre esse ponto, retomando o que fora dito em “A catástrofe que nos ameaça”, e reforça então salientando que os “comunistas de esquerda” não compreendem que, no caso em que vive a república, “o capitalismo de Estado seria *um passo adiante*”:

Em primeiro lugar, os “comunistas de esquerda” não compreendem em que consiste exatamente essa transição do capitalismo ao socialismo que nos dá o direito e o fundamento de chamar nosso país de República Socialista dos Sovieteres. Em segundo lugar, manifestam uma mentalidade pequeno-burguesa exatamente ao não reconhecer o elemento pequeno-burguês como o principal inimigo do socialismo em nosso país. Em terceiro lugar, fazendo um espantinho do “capitalismo de Estado”, demonstram não compreender a diferença econômica entre o Estado Soviético e o Estado burguês.<sup>55</sup>

E, logo a seguir, enuncia os fundamentos daquilo que seria o cerne de seu modelo de capitalismo de Estado sob o poder soviético como via de transição para o socialismo:

[...] Mas o que significa a palavra “transição”? No que diz respeito à economia não significa por acaso que o sistema atual contém elementos, partículas, fragmentos, tanto de capitalismo como de socialismo? Qualquer um reconhecerá que sim. Mas nem todos, ao reconhecê-lo, se dão ao trabalho de refletir sobre que elementos realmente constituem as diferentes estruturas econômico-sociais que existem na Rússia no momento atual. Esta é a chave da questão. Enumeremos estes elementos: 1) patriarcal, isto é, em grau considerável uma economia camponesa natural; 2) pequena produção mercantil (aqui figura a maioria dos camponeses que vende cereal); 3) capitalismo privado; 4) capitalismo de Estado; 5) socialismo.<sup>56</sup>

Depois, discute detalhadamente cada um dos elementos, esclarecendo ponto por ponto cada um desses “elementos”, e volta à tese central:

Para tornar as coisas mais claras, tomemos antes de tudo o exemplo mais concreto de capitalismo de Estado. Todos sabem qual é este exemplo; a Alemanha. Temos ali “a última palavra” da moderna técnica capitalista e da organização planificada subordinadas ao imperialismo Junker-burguês. Suprimam as palavras em grifo e no lugar do Estado militarista Junker, burguês, imperialista, ponham um Estado, mas de tipo social diferente, de diferente conteúdo de classe, um Estado soviético, isto é, um Estado proletário, e obterão a soma total das condições necessárias para o socialismo. O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista, baseada nos

<sup>53</sup> Cf. Lênin, “Infantilismo de ‘esquerda’ e a mentalidade pequeno-burguesa”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., p. 245.

<sup>54</sup> *Ibid.*, p. 246 (grifos meus).

<sup>55</sup> *Ibid.*, pp. 246-247.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 247.



últimos descobrimentos da ciência moderna. É inconcebível sem uma organização estatal planejada, que submeta dezenas de milhões de pessoas ao mais estrito cumprimento de uma norma única na produção e na distribuição dos produtos. Nós, os marxistas, sempre afirmamos isto e não vale a pena gastar dois segundos para falar disto com pessoas que nem sequer o entendem (os anarquistas e uma boa parte dos esseristas de esquerda). O socialismo é inconcebível, além disso, sem a dominação do proletariado no Estado; isto é também o á-bê-cê. E a história (da qual ninguém, exceto talvez os tolos mencheviques de primeira categoria esperavam que se produzisse o socialismo “integral” de maneira fácil, tranqüila, suave e simples) foi tomando um sentido tão peculiar, que em 1918 deu luz a duas metades desconexas de socialismo que existiam ao lado uma da outra como dois futuros franginhos na casca única do imperialismo internacional. Em 1918, a Alemanha e a Rússia são a encarnação evidente da realização material das condições econômicas, produtivas e sócio-econômicas do socialismo, por um lado, e a das condições políticas, por outro.<sup>57</sup>



De fato, como previra Lênin em seu ensaio-resposta aos “comunistas de esquerda”, o imperialismo não demorou a estender suas garras para tentar cortar o avanço da revolução na Rússia. Como acontece nessas situações, a contra-revolução interna, aparentemente democrática, inicia a resistência, inaugura o estado de guerra civil e, a princípio, com o apoio de potências estrangeiras interessadas no esmagamento da revolução, ataca o poder revolucionário.

A guerra civil durou três anos, 1918-1920, e terminou por arrasar o país, que já estava praticamente destruído pelos efeitos da guerra contra a Alemanha. Para enfrentar essa situação, os bolcheviques tiveram que adotar medidas extremas. Uma delas foi a adoção de uma economia de guerra, com a militarização de todas as atividades – econômicas, financeiras, sociais, administrativas, etc. –, que levou a uma forma de economia que foi chamada de *comunismo de guerra*. Tudo foi estatizado: desde a distribuição do pão diário para os famintos habitantes das mais distantes regiões, até os bancos, os transportes, a indústria e a agricultura. Assim, as propostas de Lênin foram superadas e, numa ironia da história, as teses dos “comunistas de esquerda” que previam expropriação de toda a economia e a sua estatização, passando direto do capitalismo ao comunismo, começaram a ser aplicadas em função das necessidades do Estado soviético se defender diante da contra-revolução.<sup>58</sup>

Vencida a contra-revolução, o governo soviético prepara-se para enfrentar os terríveis problemas que as batalhas da guerra civil haviam deixado como herança. O partido e a direção liderada por Lênin estavam diante de uma dura prova. Evidentemente que todos esses problemas podiam ser resumidos numa só palavra: *fome*. A economia estava arrasada, o campo que fora seriamente atingido pela guerra estava agora totalmente arruinado, e um bloqueio econômico (cordão sanitário) foi imposto pelas nações imperialistas. Tudo isso condenava o país literalmente a morrer de fome.

As reações contra o governo soviético se agravavam em toda a sociedade: inimigos confessos da revolução, aliados inseguros e até mesmo parcelas de forças políticas que

<sup>57</sup> *Ibid.*, pp. 250-251.

<sup>58</sup> Há uma ampla bibliografia sobre a época da guerra civil e do “comunismo de guerra”.

sempre haviam apoiado os bolcheviques começaram a se rebelar. Disputas em torno da política sindical levaram a sérias divergências mesmo dentro do partido bolchevique:

Evidentemente que, não existindo outras forças políticas organizadas, não havia da mesma forma “tendências” estruturadas no movimento sindical. De maneira que somente os comunistas (bolcheviques) participavam da vida sindical. Sendo obrigados a observar as normas disciplinares que emanavam da direção partidária, aplicavam uma política sindical diretamente dependente das políticas aprovadas pelo partido em relação aos sindicatos. O episódio da luta pelo controle dos sindicatos, que durou todo o período 1920-1921, se deu exatamente em função de que algumas tendências sindicais não-organizadas (anarco-sindicalistas, anarquistas, mencheviques, etc.), e mesmo algumas delas bolcheviques, queriam se libertar do controle do partido e imprimir ao movimento sindical uma direção autônoma. Entre essas tendências de orientação bolchevique a que mais se destacou foi a “Oposição Operária”, que tinha entre seus quadros mais representativos alguns “velhos bolcheviques”, entre os quais os mais importantes eram Alessandra Kollontai, Chiliapnikov e Lutvinov. Porém, como se falou, existiam também outras tendências – mencheviques, socialistas-revolucionários, anarquistas e anarco-sindicalistas –, entre cujos membros encontravam-se inúmeros militantes (operários e dirigentes) estrangeiros que tinham vindo para a Rússia soviética animados pela revolução socialista. Uma figura emblemática entre eles era a grande ativista anarquista norte-americana Emma Goldman, que acabou, exatamente nessa época, sendo presa e foi obrigada a deixar a Rússia soviética. O episódio de sua ruptura com a revolução soviética teve enorme repercussão. Basta mencionar que até mesmo, mais recentemente, no formidável filme de Warren Beaty, *Reeds*, o episódio mereceu toda



uma seqüência. Na verdade, John Reed, que fora seu companheiro de lutas nos Estados Unidos, depois de se tornar comunista influenciara para a sua vinda para a Rússia. De forma que a cena mostra um encontro dos dois, no qual a grande revolucionária norte-americana fala de seu desencanto com a revolução bolchevique.<sup>59</sup>

E há sérios levantes contra o governo, com participação de soldados, operários e camponeses que antes e durante o Outubro Vermelho tinham lutado ao lados dos bolcheviques: a revolta de Kronstadt.

Assim, a perplexidade tomou conta dos delegados ao X Congresso do partido (8-16 de março de 1921), quando foram informados da revolta dos marinheiros em Kronstadt. Na fortaleza, que fora o baluarte dos soviets de soldados e marinheiros de 1917, a contra-revolução conseguira empolgar antigos defensores da revolução bolchevique. Para esmagar a revolta Trótski e outros delegados, que haviam desempenhado funções militares, deixaram por um momento o papel de delegados políticos ao congresso para liderar as forças que foram enviadas contra os marinheiros revoltados.

A revolta foi esmagada em 18 de março de 1921, mas os delegados ao congresso do partido, constrangidos, já tinham escutado e lido as declarações e os informes que, como de costume, eram os mais importantes elaborados e apresentados pelo próprio

<sup>59</sup> Cf. Antonio Roberto Bertelli, *Capitalismo de Estado e socialismo...*, cit., p. 73, nota 41.

Lênin. E entre eles havia uma proposta para uma Nova Política Econômica. Porém, talvez pelo fato de que a revolta de Kronstadt ter sido um fator de perplexidade, os delegados não se deram conta da profundidade das propostas e as aprovaram sem maiores dificuldades.

A apresentação de uma proposta de uma Nova Política Econômica estava estritamente relacionada ao estilo de Lênin: é uma ruptura com a situação vigente, fruto dos efeitos da guerra civil. Como frisei antes, o documento apresentado por Lênin, que foi dado a público em maio de 1921, dois meses depois do congresso, sob o título “O imposto em espécie (A significação da Nova Política Econômica e suas condições)”, tem total e direta relação com o ensaio “Infantilismo de ‘esquerda’”, de 1918, e pode ser tomado como a sua *complementação* na situação atual vigente. E isso é atestado pelo próprio Lênin, que abre o ensaio de 1921 com uma longa citação (páginas e páginas) do ensaio de 1918, com o item “A atual economia da Rússia (do folheto de 1918)”, seguindo-se, então, a segunda parte do ensaio, já com a entrada propriamente no problema da NEP. Mas seria bom ler o que o próprio Lênin escreveu:

Os raciocínios acima citados, que datam de 1918, contêm uma série de erros quanto aos prazos. Estes se revelaram mais longos do que se supunha então. Isso nada tem de especial. Porém, os elementos fundamentais de nossa economia continuam sendo os mesmos. Os camponeses “pobres” (proletários e semiproletários) se transformaram, em grande número de casos, em camponeses médios. Em consequência disso, o “elemento” pequeno-burguês, pequeno-proprietário, se reforçou. Ao mesmo tempo, a guerra civil de 1918-1920 aumentou consideravelmente a ruína do país, deteve a restauração das forças produtivas, depauperando sobretudo exatamente o proletariado. A isso temos que acrescentar a má colheita de 1920, a falta de forragens, as epizootias, o que impediu ainda mais a recuperação dos transportes e da indústria, tendo refletido, por exemplo, no fato que tivemos que transportar a lenha, nosso principal combustível, com os poucos cavalos que os camponeses dispunham. Como resultado, a situação na primavera de 1921 era tal, que se fez absolutamente necessário tomar rapidamente medidas mais enérgicas e urgentes para melhorar a situação dos camponeses e elevar suas forças produtivas.<sup>60</sup>

Essa “situação na primavera de 1921” devia então levar a uma Nova Política Econômica, que consistia principalmente em promover uma retomada da produção camponesa, sob a forma de produção privada (sobretudo pequena e média produção), a fim de que naquele momento o país, que vivia uma situação de fome, pudesse ser abastecido. Além disso, a liberdade de produção privada no campo e na cidade implicava também, é claro, a produção capitalista privada. E aqui temos as “inovações” devidas à NEP.

A proposta leniniana baseava-se no modelo de 1918, mas introduzia modificações que podemos resumir no seguinte: antes, isto é, em 1918, dos cinco elementos ou modos de produção existentes na Rússia (patriarcal, pequena produção, capitalismo privado, capitalismo de Estado e socialismo), Lênin privilegiava os dois últimos (entre “os quais não há nenhum degrau intermediário”), eliminando totalmente a possibilidade de se contar com o terceiro: o capitalismo privado. Os dois primeiros elementos seriam paulatinamente eliminados com a invasão, especialmente no campo, do capitalismo do Estado e do socialismo.

<sup>60</sup> Cf. Lênin, “O imposto em espécie (A significação da Nova Política Econômica e suas condições)”, em Antonio Roberto Bertelli (org.), *Lênin, Estado, ditadura do proletariado e poder soviético*, cit., pp. 308-309.

Ao ter socializado a grande indústria de base, o Estado soviético colocara sob controle proletário a parte essencial da economia, e após a tomada do poder a nacionalização atingiu praticamente toda a produção industrial urbana. O comunismo de guerra, por necessidade militar, levou essa nacionalização ou estatização a toda a economia urbana e agrária, o que foi uma ruptura com o modelo de 1918. Em 1918 pretendia-se transformar essa pequena produção agrária e a produção patriarcal, por meio de cooperativas, por exemplo, em capitalismo de Estado. Depois, por um processo gradual de educação pelo trabalho, essa produção seria socializada. Entendia-se que aí as mentalidades pequeno-burguesa, pequeno-proprietária e patriarcal já estivessem eliminadas, de modo que a socialização seria aceita sem maiores resistências.

Com o comunismo de guerra e com sua política de confisco, agravou-se fortemente a resistência à socialização, ou seja, à intervenção do Estado, do poder soviético. No âmbito das cidades, ou da produção industrial, não se conseguira dirigir e administrar a complexa estrutura de produção, pois as necessidades militares exigiram uma produção totalmente direcionada para o abastecimento de víveres e armamentos para o Exército Vermelho.

Assim, com a NEP, procurava-se dar um recuo de vários passos, dando ao camponês a liberdade de produção a fim de que, livre da intervenção do poder estatal soviético, voltasse a produzir e, ao mesmo tempo, se despisse daquela resistência quase que “religiosa” aos objetivos do Estado soviético.

Para que isso se realizasse era necessário que o camponês pudesse comprar os produtos industriais. Caberia à indústria produzir o suficiente para oferecer no mercado esses produtos. Mas a indústria totalmente estatizada não conseguira arcar com essa tarefa, e Lênin introduzia várias inovações em relação a 1918: a primeira referia-se à questão do capitalismo privado. Agora, deve ser permitido, incentivado e mesmo financiado pelo poder soviético. Para isso, serão tomadas várias medidas: permissão para que as pequenas empresas possam funcionar, seja sob a direção de seus antigos donos, seja através de uma cooperativa de empregados, ou de empresários ou ainda de empregados e empresários; permissão para que, no caso de empresas maiores, seus antigos donos possam retomá-las, mediante concessão em forma de aluguel ou então pagando uma comissão de produção ao Estado.

Também as grandes empresas, as gigantes, devem ser dadas em *concessão*, através de contratos de arrendamento a grupos de capitalistas, inclusive capitalistas estrangeiros. Seria, por exemplo, os casos de minas, indústrias madeireiras e de petróleo. Mas essas formas de “concessão” ao capitalismo privado são temporárias, já que à medida que a economia socialista for se desenvolvendo, o Estado executará uma política para encaminhar essas explorações do capitalismo privado para a via do capitalismo de Estado. Aliás, essas medidas já são formas embrionárias de capitalismo de Estado. Só que, nessa primeira fase, o controle do Estado proletário sobre elas é menor.

Essas são, de forma esquemática, as medidas principais da NEP proposta por Lênin. Assim, o modelo de 1921 será diferente do modelo de 1918:

[...] O imposto em espécie é a transição do comunismo de guerra para uma justa troca socialista de produtos. A extrema ruína, agravada pela má colheita de 1920, fez com que essa passagem



se tornasse necessária com a máxima urgência, diante da impossibilidade de se restabelecer com rapidez a grande indústria. Daí que, em primeiro lugar, tenha que se melhorar a situação dos camponeses. Meios: imposto em espécie, desenvolvimento da troca entre a agricultura e a indústria, desenvolvimento da pequena indústria. A troca significa a liberdade de comércio, é capitalismo. Este é útil para nós, na medida em que nos ajuda a lutar contra a dispersão do pequeno produtor, e, em certo grau, contra o burocratismo. Em que medida? A prática e a experiência o comprovarão. Para o poder proletário nada há de terrível nisso, uma vez que o proletariado sustente firmemente o poder em suas mãos, na medida em que mantenha firmemente em suas mãos os meios de transporte e a grande indústria. A luta contra a especulação deve ser transformada em luta contra os roubos e contra o modo de enganar a vigilância, o registro e o controle do Estado. Com esse controle dirigiremos o capitalismo, em certo grau indispensável e imprescindível para nós, para a via do capitalismo de Estado. Desenvolver em todos os sentidos e por todos os meios, custe o que custar, a iniciativa e a autogestão no que se refere ao estímulo da troca entre a agricultura e a indústria. Estudar a experiência prática nesse sentido e conseguir a maior variedade possível desta. Apoiar a pequena indústria que atende à agricultura camponesa e a ajudar a se levantar. Ajudá-la inclusive, até certo ponto, com a entrega de matérias-primas do Estado. O mais criminoso é deixar matérias-primas sem transformar. Não temer que os comunistas “aprendam” com os especialistas burgueses, inclusive com os comerciantes, com os capitalistas sócios das cooperativas, com os capitalistas em geral. Aprender com eles de forma diferente, mas essencialmente do mesmo modo como se aprendeu com os militares profissionais. Os resultados do “aprendizado”, comprová-los somente com a experiência prática; façam melhor do que os especialistas burgueses que estão do seu lado; saibam conseguir, de um modo ou de outro, o avanço da agricultura, o incremento da indústria, o desenvolvimento da troca entre a agricultura e a indústria. Não neguem o pagamento pelo “aprendizado”, não tenham pena de pagar muito pelo aprendizado, desde que ele seja útil.<sup>61</sup>

Até aqui procurei mostrar que das “Teses de abril” até “O imposto em espécie”, tomados arbitrariamente como textos-limite, Lênin desenvolvera uma teoria que implicava a adoção de um modelo de transição ao socialismo, no caso específico da Rússia, que se baseava no “capitalismo de Estado sob o poder soviético” como sendo um instrumento político-econômico para realizar tal transição. Mas isso nos mostra, também, que, ao tomar essa fundamentação como base para construir sua teoria da transição na Rússia, Lênin deixava de lado as conclusões e teorizações sobre a questão do Estado que desenvolvera em *O Estado e a revolução*. Isso é facilmente perceptível se notarmos que, ao contrário de defender o adormecimento do Estado ou sua paulatina substituição por instrumentos socialistas de administração e controle (que não se sabia então quais seriam), ele advogava agora o fortalecimento do aparelho estatal soviético, fazendo do Estado um instrumento definitivo para intervir na produção econômica (a exemplo do Estado capitalista monopolista e imperialista).

Mas é preciso salientar da mesma forma a mudança sintomática que introduz nesse modelo, com a proposta da NEP, que mais atrás mencionamos, da introdução da possibilidade do revigoramento do capitalismo privado, tanto no campo como na cidade. No campo, total eliminação da política de confisco imposta pelo comunismo de guerra aos camponeses, grandes, médios e pequenos, permitindo que se apropriassem da total produção de produtos de suas propriedades, mediante o pagamento de um *imposto em espécie* (daí o título do ensaio com a proposta da Nova Política Econômica).<sup>62</sup> Na cidade,

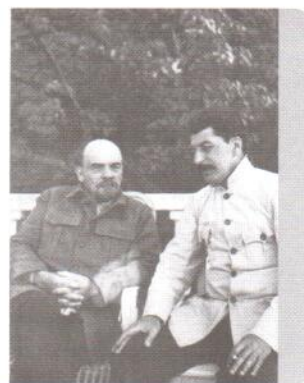
<sup>61</sup> *Ibid.*, pp. 333-334.

<sup>62</sup> Publicado em Moscou, em 1921, com o título “O imposto em espécie (A significação da Nova Política Econômica e suas condições)”.

devolvendo empresas a seus antigos donos, permitindo que se formassem cooperativas de capitalistas (ou mesmo de operários) para explorar essas empresas (reservando aos Estado apenas empresas estratégicas).

Entretanto, a implantação da NEP era feita com dificuldade. Grande parte dos dirigentes acatava com reservas a sua aplicação. E Lênin esgotava-se em explicar e justificar esse sentido dado pelo governo bolchevique em relação ao capitalismo no campo e nas cidades. Todavia, a sua doença se agravava, e ele via diminuída cada vez mais sua capacidade de enfrentar as oposições e resistências. Os dois últimos textos em que desenvolveu análises sobre a situação interna são o “Informe” ao IV Congresso da Internacional Comunista, intitulado “Cinco anos da Revolução Russa e as perspectivas da revolução mundial”, de 13 de novembro de 1922, e o “Discurso no Pleno do Soviete de Moscou”, de 20 de novembro de 1922. Acompanhemos um pouco do que disse no primeiro texto, falando aos delegados ao Congresso da Internacional Comunista:

Assim, pois, falarei de como iniciamos a Nova Política Econômica e dos resultados conseguidos por meio desta política. Limitar-me a este problema talvez me permita oferecer-lhes sobre ele um exame geral e uma idéia geral. Para começar explicando como chegamos à Nova Política Econômica terei que me referir a um artigo que escrevi em 1918. Em princípio de 1918, numa breve polêmica, me referi ao problema de qual devia ser nossa atitude para com o capitalismo de Estado [...] Portanto, em 1918, eu era de opinião que, em relação à situação econômica desse momento na República Soviética, o capitalismo de Estado seria um passo adiante. Isto parece muito estranho, e talvez até absurdo, pois já então nossa república era uma república socialista; e já adotávamos todos os dias e com pressa – talvez com muita pressa – uma série de novas medidas econômicas, que não podem ser caracterizadas de outro modo senão como medidas socialistas. Apesar disto, eu pensava então que o capitalismo de Estado, levando-se em conta a situação econômica desse momento na República Soviética, seria um passo à frente; e explicava minha idéia por uma simples enumeração dos elementos do sistema econômico da Rússia [...] Coloquei-me a tarefa de explicar as relações mútuas entre estes elementos e de se não havia que se avaliar um dos elementos não-socialistas, a saber, o capitalismo de Estado, como superior ao socialismo. Repito: pode parecer muito estranho a todos que, numa república que se declara república socialista, um elemento não-socialista seja considerado em primeiro lugar, seja avaliado como superior ao socialismo [...]<sup>63</sup>



E dedicava todo o “Informe” a explicar aos delegados a aplicação da NEP e os resultados obtidos, procurando na verdade esclarecer aos representantes dos partidos comunistas vindos para o congresso todas as razões para a adoção de uma Nova Política Econômica. E, ao fim, apresentava uma formidável e comovente explicação:

Desejaria referir-me ainda a vários pontos de pouca importância. É indubitável que fizemos e faremos ainda muitas bobagens. Ninguém pode julgar e ver isto melhor do que eu [*risadas*]. Por que fizemos bobagens? A razão é clara: primeiro, porque somos um país atrasado; segundo, porque a instrução em nosso país é de baixo nível; terceiro, porque não recebemos ajuda alguma do exterior. Não nos ajuda um só dos países civilizados. Ao contrário, todos agem contra nós. Em quarto lugar, a culpa é do nosso aparelho estatal. Nós recebemos o velho aparelho estatal e

<sup>63</sup> “Cinco años de la Revolución Rusa y las perspectivas de la revolución mundial”, em *Obras completas*, vol. XXXVI, cit., pp. 415-416.

essa foi a nossa desgraça. Muito freqüentemente esse aparelho trabalha contra nós. Depois que tomamos o poder em 1917, os funcionários do Estado começaram a nos sabotar. Nos assustamos muito e rogamos: “Por favor, voltem”. E todos voltaram, mas isso foi a nossa desgraça. Hoje temos um enorme exército de funcionários, mas não dispomos de forças bastante instruídas para poder exercer um efetivo controle sobre eles. Com freqüência acontece na prática que nas esferas superiores, isto é, onde exercemos o poder político, o aparelho funcione mais ou menos; mas em baixo, onde decidem eles, o fazem de tal maneira que quase sempre contradizem nossas medidas. Nas esferas superiores temos, não sei exatamente quantos, mas creio que vários milhares, ou no máximo algumas dezenas de milhares de homens nossos. Mas em baixo são centenas de milhares os antigos funcionários que recebemos do czar e da sociedade burguesa, os quais, algumas vezes de maneira deliberada e de outras inconscientemente, trabalham contra nós. É claro que nesse aspecto nada se fará a curto prazo. Serão necessários muitos anos de trabalho árduo para aperfeiçoar o aparelho, modificar sua composição, atrair novas forças. E fazemos isso com bastante urgência, talvez com muita urgência. Foram fundadas escolas soviéticas e faculdades operárias; estudam várias centenas de milhares de jovens; é possível que estudem com muita pressa, mas de qualquer maneira o trabalho começou e creio que nos proporcionará frutos. Se não trabalharmos com muita pressa, dentro de alguns anos teremos uma massa de jovens capazes de mudar de maneira radical o nosso aparelho estatal.<sup>64</sup>

Daí em diante, Lênin não escreveria mais textos especificamente relacionados à temática que estamos analisando. Atacado pela doença, impossibilitado de liderar e dirigir o partido e o Estado, dedicou suas últimas forças para escrever o conjunto de textos que ficou conhecido como “testamento político”,<sup>65</sup> todos dedicados a resistir e a orientar os seus camaradas diante das mudanças que eram pouco a pouco introduzidas pela direção de Stálin como secretário-geral do partido.

Em 21 de janeiro de 1924 a morte interrompia definitivamente esse poderoso cérebro de continuar a pensar na transição para o socialismo. Embora sua figura de gigante e de singular presença não pudesse ser substituída, deveria alguém preencher a lacuna deixada e orientar teoricamente a luta para que sua teoria da transição pudesse continuar a ser aplicada e orientasse o governo e o partido para caminhar fortemente no sentido de construir o socialismo na Rússia dos soviets. Inimaginavelmente essa figura foi encarnada pelo antigo contraditor dos anos anteriores, que desde os episódios vividos na oposição com os “comunistas de esquerda” começou a se aproximar das posições de Lênin e passou a ser um fervoroso defensor da NEP e dos caminhos por ela propostos para a construção do socialismo: Nicolai Ivanovich Bukhárin.<sup>66</sup> Mas a análise dessa trajetória não é objeto deste trabalho e mereceria, evidentemente, um estudo à parte.

<sup>64</sup> *Ibid.*, pp. 424-425.

<sup>65</sup> “Toma-se, na literatura corrente, como o ‘testamento político’ de Lênin a célebre ‘Carta ao congresso’, na qual faz comentários a respeito dos membros do CC, fala das suas qualidades e seus defeitos, sobretudo pensando naquele que poderia substituí-lo à frente do partido. Todavia, para efeito de minha análise, tomo ‘testamento político’ como um conjunto mais amplo de textos, ou seja, exatamente aqueles que foram escritos, ou melhor dizendo, ditados, durante o período de sua doença em que esteve em pleno gozo de suas faculdades mentais. Como se perceberá, todos esses textos têm profunda relação entre si, tratam das questões diretamente vinculadas àquelas especificamente ditas para a ‘Carta ao congresso’. Daí, minha liberdade em agrupá-los todos como sendo um ‘testamento político’ (cf. Antonio Roberto Bertelli, *Capitalismo de Estado e socialismo...*, cit., p. 81, nota 50). Assim, para uma descrição sobre esses textos, ver Lênin, *Obras completas*, vol. XXXVI, cit., pp. 605-607 (nota 101); pp. 607-608 (nota 102).

<sup>66</sup> Sobre Bukhárin existe uma vasta bibliografia. Em nosso país, muito pouco foi publicado sobre Bukhárin: além de uma edição brasileira do livro de Stephen F. Cohen, *Bukhárin: uma biografia política 1888-1938 e a revolução bolchevique* (São Paulo: Paz e Terra, 1990), podemos ainda citar: Vv. Aa, *Bukhárin, teórico marxista* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988); Jacob Gorender (org.), *Bukhárin* (São Paulo: Ática, 1990); Roy Medvedev, *Os últimos dias de Bukhárin* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980).